



N.º 3

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
EFECTUADA EM 28 DE ABRIL DE 2003**

Aos vinte e oito dias do mês de Abril de 2003 reuniu, pelas vinte e uma horas e doze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte ORDEM DO DIA:

1. **Tomada de posse de membros de Conselho Municipal de Segurança de Évora**
2. **Designação de um cidadão de reconhecida idoneidade, nos termos da alínea j) do art.º 5º da Lei n.º 33/98, de 18 de Setembro, para completar a composição do Conselho Municipal de Segurança de Évora**
3. **Deliberação sobre a criação do Provedor Municipal**
4. **Emissão de parecer sobre a alteração da designação da Freguesia de Nossa Senhora da Torega para Nossa Senhora da Tourega, nos termos do n.º 3 da Lei n.º 11/82, de 2 de Junho**
5. **Informação do Sr. Presidente da CME sobre a actividade do Município bem como da situação financeira do mesmo**
6. **Deliberação sobre a adesão da Câmara Municipal de Évora à Associação EUROPAN Portugal**
7. **Apreciação e votação da Conta de Gerência e do Relatório de Actividades de 2002 da Câmara Municipal de Évora**

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – José da Silva Costa Russo

2º Secretário – João Luís latas Lázaro

(A chamada foi feita mais à frente)

A Câmara Municipal esteve representada pelo seu Presidente, José Ernesto Oliveira, e pelos Vereadores Fernanda Ramos, Miguel Lima, João Libório, Clara Grácio e Carlos Reforço.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Aberta a sessão, o Sr. Presidente começou por dar posse aos membros ainda não empossados do Conselho Municipal de Segurança de Évora, designadamente à Sra. Dra. **Jacinta Godinho**, em representação da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, e ao Sr. Dr. **Joaquim Aleixo**, indicado pelo NERE, tendo-se verificado a falta, pela 3ª vez consecutiva, dos Srs. **Jerónimo Mendes**, Presidente da J. F. da Boa-Fé, Dr. **Calejo Pires**, em representação da Associação de Agricultores do Distrito de Évora, e Eng.º **Daniel Lança Fernandes**, indigitado pela UGT.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Já dentro do período em título, o Sr. Presidente pôs à consideração do plenário a necessidade de se ler ou não a listagem da correspondência entrada no Secretariado da A. M. desde o envio da convocatória para esta sessão, tendo-se convencionado dispensar tal formalidade.

Depois, o Sr. Presidente saudou o novo Vereador, Sr. Carlos Reforço, a quem desejou o maior sucesso no desempenho do mandato.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ACTA

O Sr. Presidente colocou à ponderação do colectivo o projecto de acta :

- N.º 2 DA SESSÃO DE 21 DE FEVEREIRO DE 2003

O Sr. Nuno Lino sugeriu a seguinte alteração:

- Pág. 16 – Substituir o 3º parágrafo por *«Embora concorde com alguns dos aspectos da moção, estranhei alguns factos. O Sr. deputado Jorge Lourido refere nessa moção a ameaça da utilização de armas nucleares por parte da Inglaterra e dos Estados Unidos, outro dos aspectos que refere é a fome no Iraque. Eu tenho preocupação»*.

O Sr. José Mateus propôs a seguinte modificação:

- Pág. 38 – Passar o 2º parágrafo para: *«Queria só fazer uma observação acerca do preço dos lotes. O lote que está em 2º lugar, que dá para fazer 4 fogos, contribuiu para o preço da casa*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

com 10 mil contos. Ao longo destes últimos anos, a política da Câmara de colocar no mercado uma pequena quantidade de lotes de cada vez, levou a que as pequenas empresas chegassem às hastas públicas com a obrigatoriedade de comprarem a qualquer preço, sob pena de terem de despedir o pessoal e fecharem a empresa. Estes preços altos assim estabelecidos serviam de preços de referência para os grandes proprietários. Esta política deu azo a que as casas em Évora atingissem preços que são incomportáveis para a maioria das pessoas que aqui vivem».

O Sr. Presidente chamou à atenção para o facto de existir um erro na pág. 2, uma vez que o nome do representante da União Geral de Trabalhadores é **Daniel Fernandes** e não **Daniel Rodrigues**, pedindo aos serviços que corrigissem o erro.

Por outro lado, fez notar que na pág. 17, 45ª linha, o nome do Sr. Comissário Europeu também estava errado, uma vez que é **Chris Patten** e não **Chris Batten**, solicitando que o mesmo fosse emendado.

Por fim, fez alusão à falta de uma palavra na 50ª linha da pág. 17, onde está um tracejado, alvitando que se contactasse o autor do discurso (o Sr. Palma Rita) para lhe perguntar qual é o termo que falta, de modo a não ficar o espaço em branco.

O Sr. Raimundo Cabral sugeriu a seguinte alteração:

- Pág. 29 – 30ª linha – Intercalar a expressão «**não**» entre «**hoje**» e «**tenho**».

O Sr. Celino Silva anunciou que faltava o teor de uma sua intervenção na pág. 36, supostamente entre o 3º e o 4º parágrafo, pedindo que o mesmo fosse integrado no documento, o qual deveria ser, mais ou menos, nos seguintes termos: «*Lembrou o Sr. Vitor Santos do conteúdo das suas intervenções. Não questionou os objectivos, apenas o facto de não estar garantido, à partida, que os fogos venham a ser atribuídos a famílias carenciadas e não ter sido efectuado concurso público*».

Não querendo mais ninguém pronunciar-se sobre o documento, o Sr. Presidente pô-lo à votação, tendo em conta as alterações alvitadas, o qual foi aprovado por maioria, com vinte e seis votos a favor e cinco abstenções.

Continuando com os trabalhos, o Sr. Presidente fez menção a uma folha A4 que foi distribuída no início da reunião, contendo uma fotografia sua ao centro, o brasão do município à direita e um menu à esquerda (proposta para o site da AME), com um fundo azul de 3 tonalidades, convidando os presentes a fornecerem sugestões ou a darem algum contributo para melhorar o seu conteúdo (na vertente histórica, lembrou-se da Sra. D. Carmen Balesteros, especialista na matéria), com o objectivo da página ser apresentada formalmente no P.A.O.D. da próxima sessão ordinária.

A Sra. D. Carmen Balesteros registou com agrado esta iniciativa, classificando-a de extraordinariamente importante, visto que os recursos electrónicos são, cada vez mais, o presente e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

futuro. Mostrou-se disponível para aceitar o desafio para produzir um pequeno historial sobre o municipalismo em Portugal e desta A. M., com algum tempo para o efeito.

Mais à frente, a propósito de constar no referido papel a expressão «**TIM**», no lado direito, por baixo dos «**destaques**», perguntou o que é que isso significava.

O Sr. Presidente esclareceu que se tratava do resultado da elaboração do documento, ou seja, tirou-se a fotografia quando a palavra **boletim** estava a passar, tendo sido apenas apanhadas as 3 últimas letras.

Prosseguindo, a Sra. D. Carmen Balesteros proferiu: “*O espaço azul que está à direita parece-me um bocado vazio em termos visuais.*”

Por outro lado, os meus parabéns por essa forma de lembrar o emiciclo da AME, no canto superior esquerdo.

Uma semana é tempo suficiente para registar mais sugestões de conteúdos e até à próxima assembleia com certeza que estaremos disponíveis para participar e colaborar na realização deste trabalho”.

Entretanto, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. João Lázaro, 2º Secretário, para fazer o balanço, na qualidade de coordenador do grupo de trabalho criado para acompanhar a situação da Academia de Música Eborense, das diligências efectuadas.

O Sr. João Lázaro disse: “*Nós demos início à nossa actividade no dia 12 de Março e tivemos uma primeira reunião para organizar, essencialmente, o nosso trabalho.*”

No dia 18 de Março ocorreu um encontro com a Direcção da Academia, que serviu especialmente para recolher algumas informações acerca do estado da associação. Foi-nos comunicado que a questão dos corpos sociais está estabilizada e que a situação económico-financeira é extremamente grave, não obstante haver algumas perspectivas de actividade em torno da Escola de Música e da rentabilização de espaços e equipamentos da colectividade.

No dia 25.03.03 fomos recebidos pelo Sr. Presidente da CME, o qual nos deu conta da preocupação e do interesse da edilidade em seguir a situação da Academia e apoiá-la, conferindo-lhe um subsídio de 75.000 €. Perspectiva-se ainda a possibilidade da utilização de espaços e equipamentos da instituição por parte da autarquia, eventualmente até pela cedência a outras associações do concelho.

No mesmo dia reunimos com as Sras. Directora e Sub-directora da DREA, que nos manifestaram uma profunda apreensão pelo estado em que se encontra a Academia, tendo esta perdido o paralelismo pedagógico, no que respeita à Escola de Música, daí a impossibilidade do apoio financeiro por parte da DREA. Porém, vislumbra-se no futuro, a médio prazo, se a associação conseguir reorganizar-se e relançar as actividades em torno do ensino da música, a retoma do paralelismo pedagógico.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

No dia 1 de Abril tivemos uma audiência com a Sra. Directora Regional da Cultura, a qual nos deu conhecimento da sua profunda preocupação pela situação da Academia e disse-nos, aliás, que até finais da década de 90 houve um apoio sistemático por parte da mencionada Direcção Regional, quer em matéria de ajuda financeira, quer em matéria de aquisição de instrumentos e de outros equipamentos relacionados com a acção da colectividade e transmitiu-nos a sua total disponibilidade para encontrar soluções para viabilizá-la.

No dia 3 de Abril fomos recebidos pelo Sr. Governador Civil do Distrito de Évora, também ele profundamente apreensivo pela situação da agremiação, mostrando-se muito disponível para influenciar, no âmbito das suas competências, os poderes públicos na tomada de medidas que possam ajudá-la.

No dia 10 de Abril reunimos com a Universidade de Évora, tendo nós sido recebidos por um dos vice-reitores, o Sr. Prof. Diogo Figueiredo, que nos transmitiu total disponibilidade e interesse por parte da U. E. em poder alugar espaços e equipamentos à Academia, por forma a desenvolver acções de formação, nomeadamente do curso superior de música e de outros cursos da área artística.

Aguardamos a marcação de uma audiência que foi pedida ao Sr. Presidente da Comissão de Coordenação Regional e pedimos um novo encontro à Direcção da Academia de Música Eborense.

Se os colegas do grupo de trabalho entenderem acrescentar alguma informação que julguem pertinente, façam favor”.

“Não havendo interesse em mais alguém em pronunciar-se, registamos a informação e a Mesa aguardará sugestões que o grupo entender formalizar relativamente à necessidade do agendamento de uma sessão extraordinária para debater elementos mais palpáveis, quando existirem”, enunciou o Sr. Presidente posteriormente.

Ainda dentro do P.A.O.D., o Sr. Presidente passou à apresentação e discussão de 4 moções e 2 saudações que deram entrada na Mesa, não deixando de solicitar a todas as bancadas que sempre que apresentem moções lhes ponham um título para serem facilmente identificáveis e, ao mesmo tempo, de esclarecer que se as mesmas tiverem textos muitos extensos, a Mesa sentir-se-á no direito de fazer alguns cortes ou resumos, uma vez que se estipulou que o espaço não deverá exceder determinado limite, com o intuito de se poupar alguns gastos de publicação.

Posto isto, procedeu-se então à apresentação da Moção nº1, que tem como título **«Exigência ao Governo para compensação aos municípios das receitas perdidas pela redução do imposto de sisa»**, tendo o Sr. Presidente pedido ao seu 1º subscritor que a lesse.

O Sr. Acácio Alferes leu o documento na globalidade, do qual se destaca o seguinte trecho: *“Prepara-se o Governo para, através de uma anunciada Reforma da Tributação do Património, impor uma redução substancial nas receitas do Município. No caso de Évora, tal redução deverá ultrapassar 1 milhão de euros. Para além de representar mais um ataque à autonomia do Poder Local Democrático, trata-se de uma medida de mera propaganda do Governo, anunciada sem*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

qualquer consulta prévia à ANMP, o que não podemos deixar de lamentar”. Fica a moção apensa a esta acta dela fazendo parte.

Sobre este assunto, o Sr. Lino de Carvalho declarou: “Estou de acordo com o espírito que preside à moção, mas chamo à atenção dos autores para algumas citações menos rigorosas que aí estão e que podem retirar força ao que se pretende de essencial. Por exemplo, essa referência de que a Administração Central veio publicitar que «os municípios poderiam deixar de isentar do pagamento de sisa as transações de prédios de valor inferior a 80.000 €», alerto que é uma proposta da ANMP. Em alternativa à proposta que o Governo apresentou, a Direcção da Associação Nacional de Municípios fez uma proposta com uma nova tabela, em que os prédios até 30.000 € ficavam com uma taxa de 0,5%, ficando à disposição das autarquias, em cada caso concreto, fazer a sua isenção. Esta medida não pode avançar porque é inconstitucional”.

Respondendo ao orador antecedente, o Sr. Acácio Alferes elucidou: “Quando eu menciono aí os 80.000 €, a minha fonte de informação não ultrapassou a imprensa e, como tal, não sabia esse pormenor de que tinha sido uma proposta da ANMP. Se os outros subscritores concordarem, eu alvitriaria que se retirasse esse parágrafo da moção, que começa por «O manifesto desprezo».

Relativamente ao outro aspecto da intervenção do Sr. Lino de Carvalho, como disse no princípio, a minha moção já está muito extensa e entrar em pormenores das vantagens que, nesse caso, pode haver para os munícipes, eu menciono-as, de forma genérica, no ponto 1, que esta Assembleia reconhece que a carga tributária fiscal é bastante elevada para os cidadãos, mas devia ser compensada de outra maneira pelo Poder Central”.

Entretanto, o Sr. Presidente inquiriu ao Sr. A. Alferes se pretendia retirar da moção o parágrafo que começa por «O manifesto» e acaba em «receitas».

O Sr. Acácio Alferes confirmou essa intenção.

Prosseguindo, o Sr. Presidente fez questão de intervir no debate declarando: “Gostava de apelar ao 1º assinante para efectuar uma pequena modificação no ponto 3, onde diz que «Apela a todos os deputados da A. R. para que, à semelhança da posição dos autarcas, se oponham também a essas medidas, não aprovando esta anunciada reforma, sobretudo na ausência de garantias». Eu propunha que se pusesse «Apela aos deputados da A. R. que exijam do Governo apoios compensatórios para os municípios equivalentes à receita perdida com esta alteração tributária, caso a mesma venha a ser aprovada».

O Sr. Acácio Alferes exprimiu que aceitava a proposta.

Em virtude de integrar o Conselho Directivo da ANMP, o Sr. Presidente da Câmara quis prestar as seguintes explicações: “Quem colocou na agenda política a necessidade da reforma da tributação



*do património foi a Associação Nacional de Municípios e foi no sentido de que é preciso rever o modelo de financiamento da actividade municipal, o qual está construído desde o início do Poder Local. Quando o actual Executivo Central tomou posse e recomeçou a abordar este tema, pôs-se a questão da renovação tributária sobre o património de uma forma que consubstanciava uma verdadeira reforma e que podia passar, inclusivamente, pela abolição da própria sisa. Isto é para que fique claro que os municípios nunca se opuseram à reforma, pelo contrário, e que não é o pormenor das taxas da sisa que é a questão central desta matéria. Agora, a tributação sobre o património, em termos de repor a justiça, era um assunto completamente diferente. Lembro só 3 aspectos: **Primeiro** – Tributação de todo o património incluído na área municipal (urbano, fundiário e rústico); **Segundo** – Tinha a ver com o seu valor em função do potencial económico; **Terceiro** – Combater, por esta via, a especulação imobiliária e fundiária que se verifica em função daquilo que são os investimentos municipais na valorização desses patrimónios e que acabam por passar ao lado.*

A posição da ANMP parte de um princípio claro que é: não nos opomos à diminuição da carga fiscal naquilo que recai sobre cada um dos cidadãos. Agora, somos contra que continue a evasão fiscal, no que respeita a muitos patrimónios que não são tributados. Recusamos que as Finanças tenham 2 e 3 anos de atraso no registo matricial de escrituras marcadas e que as transações já foram feitas”.

Não desejando mais alguém tomar a palavra, o Sr. Presidente sujeitou a 1ª moção à votação, com as modificações atrás apontadas, a qual foi aprovada por maioria, com vinte votos do PS e treze da CDU a favor e dois votos contra do PSD.

Transitou-se depois para a moção n.º 2, que tem como título «**Contra os atrasos e inversão de prioridades no projecto de Alqueva**», tendo o Sr. Presidente pedido ao respectivo signatário que a descrevesse.

O Sr. José Cardoso actuou em conformidade, sendo certo que a dado passo se escreve: “.....*Volvido um ano do Governo de maioria PSD/CDS-PP, começam a ser visíveis preocupantes sinais de abrandamento de ritmo de obras e projectos por falta de meios financeiros, como ainda recentemente o admitiu o Ministro da Agricultura na sessão inaugural da Ovibeja, bem como uma clara inversão de prioridades, abandonando-se a agricultura, que representa 2/3 do investimento, em favor do turismo e da produção de energia, como declarou também, poucos dias antes de se demitir, o Ministro das Cidades e do Ambiente, que tutela a EDIA, e que até ao momento não foi desmentido. Estes factos suscitam as maiores preocupações, fazendo antever o retorno aos tempos de má memória de abandono do Alentejo pelo Poder Central.*”. Fica o documento anexo a esta acta, a ela ficando a pertencer.

A este propósito, o Sr. Andrade Santos afirmou: “*Eu gostaria de exprimir o meu acordo com esta visão. É evidente que até do ponto de vista da valia agrícola do empreendimento do Alqueva seria indispensável abandonar as componentes ligadas à utilização da terra para fins agrícolas, pelo que*



esta inversão de valias não faz o mínimo de sentido, mesmo em termos de desenvolvimento turístico do território. Portanto, muito claramente, será de condenar qualquer abandono da vertente agrícola do empreendimento do Alqueva que é, ao fim e ao cabo, um sustentáculo material e social de todo o processo produtivo do Alentejo”.

Dado que não se registaram mais inscrições, o Sr. Presidente pôs o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com vinte votos do PS e treze da CDU a favor e dois votos contra do PSD.

Passou-se depois à moção n.º 3, com o título «**Invasão do Iraque**», tendo o Sr. Presidente solicitado ao seu 1º assinante que a relatasse.

O Sr. José Cardoso leu o documento na totalidade, que principia assim: “*A invasão do Iraque pelas forças norte-americanas representa a mais grave violação do direito internacional desde a criação das Nações Unidas. Chamando liberdade e democracia ao petróleo e a interesses estratégicos bem definidos, as forças imperialistas da coligação invadiram e destruíram um país, deixando na mais profunda miséria todo um povo que, como nós, saberia encontrar dentro de si as energias para se libertar do seu ditador*”. O documento em causa fica junto a esta acta, dela fazendo parte integrante.

“*Há uma outra moção (doc. n.º 6) na Mesa sobre o mesmo tema, com o título «Danos colaterais», e eu sugeriria que ela fosse já apresentada e que fosse feita a discussão em conjunto e depois, naturalmente, a votação separada*”, observou o Sr. Presidente logo após.

A Sra. D. Carmen Balesteros, 1ª subscritora da moção n.º 6, clarificou que a mesma era sobre o Iraque mas que não era bem sobre o mesmo tema, tendo seguidamente feito um breve comentário acerca do assunto, do teor que se passa a enumerar: “*No próximo dia 18 de Maio comemora-se o Dia Internacional dos Museus. Eventualmente creio que, nacional e internacionalmente, se vai comemorar esse dia de luto. Internacionalmente devido ao impacto desta guerra, pelos crimes que ela perpetrou contra a memória da humanidade, não só contra os equipamentos públicos e privados mas também contra as memórias da humanidade de todos nós, sobretudo aquelas que têm a ver com a destruição dos arquivos centrais, da biblioteca e do museu arqueológico em Bagdad. Não foi nem será, infelizmente, a única vez que os homens e as mulheres cometem estes atentados contra si próprios, dado que ao longo da história sempre se fizeram. Os próprios assírios e babilónios quando conquistavam, uns aos outros, as cidades, a primeira coisa que faziam era pilhar as memórias do adversário, destruir as muralhas, matar os inimigos e roubar-lhes os templos, as bibliotecas e aquilo que havia de património. É destruir a memória, é arrasar um povo, é salgar-lhe a terra também, como se fez em Portugal com os Távoras. É pena que aquilo que os babilónios e os assírios fizeram há 5.000 anos na sua própria terra, nós continuemos, gente do ocidente europeu, em pleno século XXI, a fazer na terra deles, ou aquilo que os ingleses, os franceses, os alemães e os italianos fizeram no século IXX na Assíria e na Babilónia, em que pilharam tesouros e levaram essas memórias para os diferentes museus do mundo, onde nós hoje podemos apreciar peças magníficas. Só que aquilo que aconteceu nesta guerra não foi pilhar para levar para museus, foi*



destruir, saquear e roubar para fazer transitar para a mão de colecionadores privados e de antiquários milhares de peças que dizem respeito a todos nós e à nossa história. É por isto que pensamos que o próximo dia 18 de Maio será um dia de comemorar, de luto, o Dia Internacional dos Museus. Naturalmente que, pensamos, não podemos ficar indiferentes a esta falta de evolução mental e de progresso. Devido a estes acontecimentos, entendemos apresentar esta moção que se intitula «Danos colaterais, crimes de guerra ou contra a humanidade», que passo a ler».

O documento foi lido integralmente, sendo de destacar a seguinte parte: “Destruíram-se e saquearam-se, no Museu Nacional do Iraque, em Bagdad, Tesouros Universais e, sem preço da Escrita, Ciência e do saber fazer, Literatura e da poesia, Escultura e da glíptica. Como ficar calados ante a consumação de desapiadado crime ? Não basta que Equipas de Jornalistas recuperem espólios desses saques, onde dezenas de peças foram, indignamente, amontoadas e quebradas para que as nossa revoltas se aclamem ! É preciso mais que isso ! É preciso que os Senhores da Guerra entendam que quem não respeita as suas memórias não tem direito ao Presente e muito menos ao Futuro!”. Junta-se a folha a esta acta, dela fazendo parte.

O Sr. Francisco Pândega anunciou que se iria abster em relação às duas moções sobre o Iraque porque estava convencido que o respectivo povo só por si não se conseguia libertar.

Respondendo ao orador antecedente, o Sr. José Cardoso asseverou: “Eu discordo da ideia do Sr. Pândega por uma razão óbvia: é que, durante 50 anos, toda a gente dizia que não nos conseguíamos libertar e não pedimos aos americanos ou aos russos para virem cá, foi o povo que decidiu libertar-se”.

Retorquindo também contra a posição do Sr. F. Pândega, a Sra. D. Carmen Balesteros observou: “Aquele sítio do próximo oriente, para quem conhece a sua história desde há 5000 anos, foi sempre uma zona de ditadores, mas foi o seu povo que sempre os soube matar na altura certa. São os povos que têm que criar as sinergias para a sua libertação ou para a continuação da sua sujeição e, às vezes, cada povo ou cada pessoa tem aquilo que merece e aquilo que é capaz. E os alentejanos e Portugal souberam libertar-se porque, se calhar, lutaram por isso e mereceram. Mas queria dizer-lhe, caro deputado F. Pândega, que o património não tem nacionalidade, partido político, nem religião. As memórias são de todos, são universais, e importa, na altura certa, mostrar a nossa palavra, a nossa revolta e a nossa total oposição em relação à brutalidade, à indignidade, à falta de respeito mostrada ante essas destruições. É por isto que não concordo consigo”.

Esgotado o espaço de tempo reservado ao P.A.O.D., o Sr. Presidente colocou à consideração do plenário o seu prolongamento até uma hora, coisa que foi aprovada por unanimidade.

Contraopondo às teses expostas pelos dois deputados anteriores, o Sr. Bravo Nico argumentou: “Não nos esqueçamos que na história contemporânea do século XX a Europa libertou-se do jugo nazi com a ajuda de outros povos, que muitos países do extremo oriente se libertaram do imperialismo japonês com o apoio de outras nações e que os nossos irmão timorenses adquiriram o direito à auto-determinação com o auxílio de terceiros e muitos povos, hoje, necessitam da ajuda de outros



não só para conquistarem a sua liberdade, mas também para a manterem. É por isso que existe a ONU”.

Não havendo mais eleitos interessados em discutirem as moções em causa, o Sr. Presidente pôs a n.º 3 à votação, a qual foi aprovada por maioria, recebendo dezanove votos do PS e treze da CDU a favor, uma abstenção do PS e dois votos contra do PSD.

Seguiu-se a votação da moção n.º 6, que mereceu trinta e quatro votos a favor, do PS, CDU e PSD, e uma abstenção do PS.

Faltando ainda 2 «**saudações**» para apreciar, ambas sobre o 1º de Maio e uma delas contemplando também o 25 de Abril, o Sr. Presidente entendeu seguir o mesmo critério para estes documentos, ou seja, a discussão em conjunto e a votação em separado. Assim, concedeu a palavra ao 1º assinante da «**Saudação ao 1º de Maio**» (doc. n.º 4).

O Sr. Baltazar Damas leu o texto por completo, que começa assim: “*Aproxima-se mais um 1º de Maio, «Dia do Trabalhador».*

A AME se, por um lado, se regozija pelo facto dos trabalhadores poderem comemorar o seu dia em liberdade, coisa só possível com a conquista da democracia após o 25 de Abril, por outro lado manifesta a sua apreensão face aos ataques que, nos últimos tempos, têm sido movidos aos seus direitos.....”. O papel fica junto a esta acta, desta fazendo parte.

Posteriormente o Sr. Presidente deu o uso da palavra à Sra. D. Maria Helena Costa, na qualidade de 1ª signatária da «**Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio**», para a apresentar.

A Sra. D. Maria Helena Costa leu o documento (n.º 5) na globalidade, destacando-se o seguinte trecho: “*Temos hoje um sistema político democrático mas com problemas crescentes sobre os quais é urgente reflectir:*

- *O desemprego aumentou bruscamente;*
- *Subiram os encerramentos e as falências;*
- *O custo de vida aumentou ao mesmo tempo que se reduziu o poder de compra dos salários e das pensões.....”.* A folha fica anexa a esta acta ficando a pertencer à mesma.

“*Relativamente à 2ª saudação, estou absolutamente de acordo com ela, mas o que é que a Sra. deputada queria quando tem a governá-la um Governo que o Marcelo Caetano não desdenharia presidir a ele. Mais, quando a Sra. vê um líder de um grupo parlamentar, que apoia o Executivo Central, a congratular-se com os milhares de mortes no Iraque, comparando este morticínio ao 25 de Abril, o que é que a Sra. deputada quer” ?* este apontamento foi produzido pelo Sr. José Cardoso imediatamente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Não havendo mais nenhum pedido de intervenção, o Sr. Presidente colocou o documento n.º 4 à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com vinte votos do PS e treze da CDU a favor e duas abstenções do PSD.

Logo após, procedeu-se à votação do 5º documento, o qual foi aprovado por maioria, com vinte votos do PS e treze da CDU a favor e dois votos contra do PSD.

Posto isto, o Sr. Presidente efectuou a chamada, verificando-se as seguintes presenças: Luís Capoulas Santos, Lino de Carvalho, Acácio Alferes, Carmen Balesteros, Mafalda Troncho, Raimundo Cabral, Florival Pinto (em substituição de José Palma Rita), Agostinho Banha (no lugar de Rui Rosado), José Russo, José Cardoso, Vítor Tomás (em vez de Jorge Lourido), Francisco Pândega (em substituição de António Serrano), Celino Silva, José do Nascimento (no lugar de Rui Grilo), M.ª Augusta Pereira, J. Andrade Santos, M.ª Isabel Silva (em vez de Luís Carmelo), M.ª Helena Costa, Nuno Lino, João Lázaro, Carlos Percheiro, António Ramos, Luís Pasadas, M.ª Helena Silva, José Mateus, Baltazar Damas, A. Branco Filipe (em substituição de Vítor Santos), Estevão Bicho, Francisco Estevão, José Piteira, João Valverde, João Ricardo, António Russo, J. Bravo Nico e Joaquim Maduro (no lugar de M.ª Gabriela Silva).

Faltaram os(as) Senhores(as): M.ª Luísa Baião, Isidro Lobo, Miguel Chumbo, João Rodrigues e Jerónimo Mendes.

Em continuação dos trabalhos, tomou a palavra a Sra. D. Carmen Balesteros que felicitou a CME pela publicação da agenda cultural, tendo regressado aos padrões de qualidade a que a população estava habituada, deixando de ser uma mera informação em página de jornal.

Mais à frente, elogiou a exposição que está patente no Palácio de D. Manuel, de grande valia, que tem a ver com a Bretanha e Carnac e com o megalitismo de Évora.

Ainda a propósito da comemoração do Dia Internacional dos Museus (18 de Maio), proferiu: *“Doze dias depois o Museu de Évora fechará para obras até 2005. Com sorte e com dinheiro voltaremos a ter, eventualmente no ano atrás designado, o Museu aberto. Quase todos os membros deste Órgão, excepto aqueles que entraram de novo neste mandato, ainda terão fresca na sua memória a visita da Assembleia Municipal e do grupo de trabalho à Instituição em causa. É um tema que está pendente e eu tenho o texto redigido por mim e pelo Sr. Director do Museu em relação às conclusões dessa visita, em que se faz o levantamento da situação e dos graves problemas que a Instituição atravessava, tendo eu hoje sabido, em conversa mantida com o Sr. Director, que agora a situação ainda é mais grave do que era, porque o orçamento da mesma foi apenas de 10% dos orçamentos anteriores e, mesmo assim, ficaram cativos 15% dele, não havendo sequer dinheiro para os consumíveis de secretaria. O que é que nós vamos oferecer ao turismo para o fixar mais tempo aqui ?*

Isto leva-me a uma outra questão que já foi levantada no anterior mandato, que é um desafio a esta autarquia. Quase todas as cidades deste país, sobretudo as capitais de distrito, reivindicam museus próprios. Não estará na altura de se pensar em criar um museu arqueológico em Évora ? É que, como nos recordamos, uma das pechas que o projecto de obras que o Museu vai sofrer é



exactamente porque uma grande parte dos espaços vão ser dedicados à história da arte e pintura. E, infelizmente, a arqueologia vai continuar quase como está agora: encaixotada, perdida e partida. Não será o momento, meus senhores, para apontarmos para a criação dum museu da cidade ou de um museu de arqueologia, ligado, inclusivamente, ao projecto para o Convento dos Remédios ?

Outra questão que me preocupa é aquilo que se passa na igreja paroquial de S. Bento do Mato, que visitei recentemente, onde deparei com a porta e as janelas arrombadas, os azulejos do século XVI retirados das paredes, para serem vendidos, com certeza, a bom preço ou colocados em casas particulares, com os frescos das paredes a desaparecerem por causa das humidades, com a talha dourada a ser arrancada, comida pelo bicho e pela podridão, toda a monte na zona da sacristia, com os bancos completamente destruídos. Pediria ao Sr. Presidente da J. F. de S. Bento do Mato que nos fornecesse algumas informações mais pormenorizadas e que em conjunto aqui pudéssemos, eventualmente, perceber o que é que se passa e tentarmos desenvolver uma série de actividades que evitem aquela destruição patrimonial, tanto mais que aquilo está em frente do Núcleo Industrial de Azaruja”.

“Queria perguntar à Câmara o ponto de situação em relação ao protocolo de descentralização de competências com as juntas de freguesia. Tivemos uma reunião preparatória em Setembro ou Outubro do exercício passado e foi-nos prometido que até ao final do ano estaria uma proposta para nós discutirmos ou assinarmos e até agora não tivemos qualquer comunicação.

Por outro lado, foram referidas pelo Sr. Presidente da CME, numa assembleia passada, em resposta ao meu colega Isidro Lobo, as palavras que eu passo a citar: «A porta do meu gabinete está sempre aberta para qualquer presidente de junta para qualquer reunião de trabalho. Não tenho memória de qualquer pedido da sua Junta mas podemos marcá-la já para segunda-feira e irei recebê-lo com todo o gosto». Entristece-me dizer que não passavam de palavras que soam bem no momento mas que deixam marcas profundas na credibilidade das instituições. Deparámos que tais afirmações não correspondem de todo à verdade do Executivo da CME, quando a Junta, que eu represento, tem uma tentativa de marcação de reunião por ofício dirigido ao Sr. Presidente, datado de 29 de Janeiro de 2003. Espero, mais uma vez, que não seja a situação financeira da edilidade que esteja na origem de tanta demora, ou a Junta e os munícipes que eu represento lhe merecem tanta indiferença”, afirmou o Sr. José Piteira de imediato.

Respondendo ao apontamento da Sra. D. Carmen Balesteros, o Sr. João Ricardo agradeceu a preocupação manifestada pela dita autarca e explicou: *“Em 2000 ou 2001, conjuntamente com o IPPAR e os Monumentos do Sul, foi realizada a primeira intervenção na igreja, a qual se traduziu na protecção da cobertura e, com isso, conseguimos salvar o edifício. Antes desta obra tinha ocorrido uma vandalização completa do monumento donde foram roubadas todas as imagens e foi destruído grande parte do altar e da talha dourada, isto antes de eu ter alguma responsabilidade na J. F.. Felizmente, e por acaso, que a polícia judiciária conseguiu reaver todas as imagens, excepto uma, que foram entregues a quem de direito, as quais estão guardadas na igreja de N^a Sra. de Fátima, que é a mais nova da Freguesia. Também está guardada, no mesmo lugar, grande parte da talha dourada e do altar, devidamente salvaguardada e em segurança. Além disso, havia naquela igreja um retábulo muito valioso, que foi possível recuperar e restaurar, tendo também sido colocado na igreja de N^a Sra. de Fátima. Tudo isto tem sido feito em parceria e conjuntamente com a arquidiocese de S. Bento do Mato. Lamentavelmente, há coisa que não se conseguem evitar e essa*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

vandalização do edifício foi uma delas. Mesmo assim, nesta última intervenção que fizemos, fechámos todas as portas por dentro, mas uma teve que ser por fora, naturalmente, tendo esta sido novamente arrombada, só que nós já tínhamos retirado todas as coisas móveis, ficando apenas lá dentro o resto dos azulejos e do altar.

No final de 2002, em conversação com o Sr. Arcebispo, numa deslocação que ele fez à Freguesia, tive oportunidade e manifestar-lhe a nossa preocupação com o estado de degradação da igreja, tendo o mesmo mostrado interesse que se apresentasse um projecto para recuperação da parte exterior e das portas e janelas, de forma a poder dar-se alguma segurança ao imóvel.

Ultimamente a Junta tem intervindo no espaço circundante à igreja, porque não existia qualquer arborização, locais de descanso, nem parque de estacionamento, tendo nós a preocupação que os visitantes do cemitério não prejudicassem o edifício. Neste momento, não posso garantir que o projecto de recuperação vai ser aprovado, mas estamos profundamente empenhados para que isso aconteça e espero, numa próxima sessão, poder dar-lhe a novidade que a obra vai ser adjudicada.

Na altura em que se fez a auto-estrada A6, nós fizemos uma proposta à empresa que a construiu, que não foi aceite, visando o desvio da iluminação até à igreja e ao cemitério, de modo a conferir mais segurança àquela zona”.

Voltando a intervir no debate, a Sra. D. Carmen Balesteros sugeriu que se colocasse um cadeado na porta que se abre do exterior.

O Sr. João Ricardo clarificou que já lá foram postos 6.

Prosseguindo, a Sra. D. Carmen Balesteros opinou: *“Se houvesse um contentor lá atrás em vez de os coveiros deitarem fora os restos das campas que são retiradas, nomeadamente os mármore, as placas de identificação e outras coisas, era capaz de ser menos chocante àqueles que por ali passam e verem os restos dos seus antepassados quebrados fora do cemitério”.*

Retorquindo à exposição da oradora antecedente, o Sr. João Ricardo citou: *“Lamento bastante, mas isso não é verdade. Fora do cemitério não existem restos mortais de alguém ou de urnas. Se, porventura, existem alguns, decerto que os contentores foram vandalizados, porque, se reparou, existem 2 contentores grandes que dão para arrecadar tudo isso”.*

Contrapondo ao discurso do Sr. José Piteira, o Sr. Presidente da Câmara frisou: *“Durante estes últimos minutos fui ao meu gabinete buscar toda a documentação das juntas de freguesia, designadamente dos assuntos em trânsito, não estou a dizer que o Sr. não mandou, estou a clarificar que não tenho aqui qualquer ofício da J. F. de N^a Sra. de Machede. Aliás, permita que lhe diga, sempre que o Sr. precisou de falar comigo encontrou sempre a porta do meu gabinete aberta. Lastimo se escreveu um ofício em Janeiro e eu ainda não lhe respondi, mas isso não invalida que o Sr., tal como os seus colegas, todo o tempo que necessitarem de conversar comigo basta dizerem. Até neste momento, já não espero por amanhã. Se quiser poderemos falar no intervalo desta sessão”.*



Face às palavras produzidas pelo Dr. José Ernesto, o Sr. José Piteira salientou: “*Como o Sr. não sabe o contexto em que foi pedida a reunião, certamente que não a poderemos fazer agora, porque a proposta surgiu da parte de um conjunto de munícipes que me pediram para marcar uma audiência com o Presidente da Câmara, para discutir o arranjo dum via pública. O Sr. Vereador Miguel Lima sabe-o perfeitamente. A reunião já esteve marcada e depois foi desmarcada.....pronto, eu sei que o seu gabinete está sempre aberto mas eu não quero estar sempre a incomodar e não sou eu que tenho que estar sempre a requerer as audiências*”.

Posto isto e dado que mais ninguém desejou intervir no debate, o Sr. Presidente deu por encerrado o período antes da ordem do dia.

Seguiu-se um intervalo de 5 minutos.

PONTO 1 – TOMADA DE POSSE DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE ÉVORA

O acto ocorreu no início da sessão.

PONTO 2 – DESIGNAÇÃO DE UM CIDADÃO DE RECONHECIDA IDONEIDADE, NOS TERMOS DA ALÍNEA J) DO ART.º 5º DA LEI N.º 33/98, DE 18 DE SETEMBRO, PARA COMPLETAR A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE ÉVORA

O Sr. Presidente sublinhou: “*Como todos se lembram, houve aqui um acordo de cavalheiros entre as diversas bancadas relativamente à indigitação dos nomes. Trata-se de um nome que foi sugerido na altura pela bancada da CDU, o qual renunciou ao cargo, sendo agora preciso preencher essa vaga. Assim, dando cumprimento a esse acordo não escrito, a CDU fez chegar à Mesa a proposta do cidadão **Vitor Hugo Nico Saruga**, advogado, e eu pergunto se alguém tem alguma objecção a colocar à individualidade indicada*”.

Tendo sido levantada a dúvida, no seio do colectivo, se a votação teria de ser ou não através de escrutínio secreto, o Sr. Presidente acrescentou: “*Se não houver ninguém que se oponha nem ninguém que questione o método, podemos dá-lo por aprovado, como, aliás, creio que foram todos os outros, dado que não fizemos uma votação nominal, senão teríamos feito uma votação um a um e*



isso não aconteceu. Portanto, concludo, pela reacção da Assembleia, que não há objecção à individualidade alvitrada, pelo que damos como adquirido que ela será empossada em próxima sessão”.

PONTO 3 – DELIBERAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DO PROVIDOR DO MUNÍCIPE

O Sr. Presidente teceu o seguinte comentário: *“Se bem se recordam, depois da discussão que travámos na última sessão, ficou decidido que, antes de se avançar com hipotéticos projectos de estatuto, iríamos deixar este período até hoje para que as diversas bancadas reflectissem e íamos hoje tomar a decisão de criar ou não e se a mesma for favorável à constituição, então iremos trabalhar no respectivo estatuto. Se a deliberação for em sentido contrário, dar-se-á o assunto por encerrado.*

Gostava de vos fornecer, para ajudar ao debate, uma pequena informação: veio noticiada no jornal «A Capital» a instituição deste lugar na câmara municipal de Cascais e eu tomei a liberdade de telefonar ao respectivo presidente, Dr. António Capucho, colocando algumas das minhas dúvidas existentes, tendo-lhe perguntado: Qual é o estatuto ? O cargo é remunerado ou não ? Como é que resolveram o problema, na medida em que não existe essa categoria na função pública ? Foi inserido no quadro ou não ? Percebi que este tipo e incertezas foram amplamente analisadas e constituíram grandes preocupações na câmara de Cascais. Aquilo que o Sr. presidente me informou é que acabaram por optar pela seguinte solução: escolheram um magistrado reformado porque, de acordo com o estatuto, não pode receber vencimento, mas resolveram atribuir-lhe algumas compensações, designadamente a utilização de uma viatura para uso próprio, um cartão de crédito, o pagamento de ajudas de custo e tudo isso é pago com a categoria duma assessoria. Foi uma questão estudada pelos serviços jurídicos da autarquia, parecendo-me, de qualquer modo, que é um enviesamento daquilo que é a função pública”.

“Este problema do Provedor já foi colocado na legislatura anterior e o Sr. deputado Lino de Carvalho elucidou-nos que estava na A. R. um projecto de lei que previa a constituição desta figura nos municípios, acabando o mesmo por cair quando terminou a legislatura. Mas mais, eu tenho outra leitura sobre a matéria: não sei até que ponto é constitucional a criação do Provedor Municipal, porque o exemplo que o Sr. Presidente da AME colocou é uma situação que eu rejeito liminarmente para este município. É evidente que o Provedor é para resolver o problema dos cidadãos, mas estar a ser remunerado pela própria Câmara, é um bocado controverso. Acresce a tudo isto que não me parece que haja, neste momento, uma sustentação legal para instituir esta personalidade”, argumentou adiante o Sr. José Cardoso.

Por seu turno, a Sra. D. Carmen Balesteros declarou: *“A posição da bancada da CDU em relação a este tema é aquela que nós já apresentámos na sessão anterior desta Assembleia, ou seja, colocam-se-nos muitas dúvidas e alguns pormenores de princípio que foram elencados e que fazem parte do projecto de acta, nomeadamente o aspecto da necessidade democrática para o funcionamento do*



sistema, tendo em conta que todos os eleitos são provedores do município, mas também é verdade que introduzir mais um órgão ou uma pessoa dentro do aparelho democrático poderá não ser demais. Claro que se põem todas essas questões que o Sr. Presidente levantou, e ainda bem que o fez, do enquadramento legal na função pública e até uma outra coisa mais preocupante, que é a vertente financeira.

*Quanto à figura de um magistrado, penso que poderá ser uma boa solução, não será necessariamente a melhor, porque qualquer pessoa que assuma, de uma forma profissional ou não, a defesa dos interesses dos cidadãos poderá ser um bom Provedor do Município. Se for deliberado criar-se este cargo, nós temos uma proposta a introduzir, que vem no seguimento daquela que apresentámos anteriormente, que foi denominada na anterior reunião de «**provedoria do município**», que consiste em que o Provedor seja assessorado por um membro de cada força política da A. M.”.*

Voltando a intervir no debate, o Sr. José Cardoso propôs: “*Sem deixar cair a ideia do Provedor Municipal, que se pergunte a um órgão da Administração Central quais são as consequências efectivas que existem e em que circunstâncias se pode instituir este lugar*”.

“*Se eu estivesse lá nessa instância para dar a resposta devolveria o assunto perguntando «diga lá com que estatuto é que o quer criar para que eu possa dar a resposta». Em abstracto é capaz de ser difícil alguém responder a essa interrogação*”, acentuou o Sr. Presidente logo após.

Regressando ao uso da palavra, a Sra. D. Carmen Balesteros afirmou: “*Quando o Sr. Vereador Carmelo Aires apresentou o projecto em reunião de Câmara apresentou uma proposta de estatutos. Portanto, será um possível elemento de trabalho e uma possível base de discussão*”.

Por sua vez, o Sr. Carlos Percheiro enunciou: “*Julgo que todas as bancadas serão favoráveis à constituição duma figura desta natureza. O problema está n seguinte: ou há sustentação legal ou não há e se ela não existe não vale a pena o Município de Évora inventar, uma vez que não tem cabimento, sob o ponto de vista da orgânica do edifício legislativo, uma entidade que nele não está contemplada*”.

Falou depois o Sr. Raimundo Cabral dizendo: “*Não sei se não será melhor para nós ultrapassarmos este impasse deliberando primeiro a formação do grupo de trabalho que estudasse e avaliasse que é que existe no país, que experiências, que legislação há e que dá suporte à criação deste cargo, e depois trazer à Assembleia para nós decidirmos já com fundamentos*”.

“*Realço o trabalho e o interesse que o Sr. Presidente manifestou em esclarecer dúvidas junto da câmara de Cascais, mas, na minha óptica e à priori, parece-me uma péssima solução sob todos os pontos de vista, desde a remuneração e ao facto de se tratar de um magistrado. Porque não outro? Parece-me uma coisa sem o mínimo de cimentação para uma figura que se pretende que tenha um peso institucional significativo*”, expressou adiante o Sr. Carlos Percheiro.



Interveio seguidamente o Sr. Acácio Alferes que observou: *“Eu acho que o caminho apontado pelo Sr. José Cardoso é o mais indicado neste momento, porque nós organizarmos um grupo de trabalho para irmos estudar a criação do Provedor e depois chegarmos à conclusão que não o podemos empossar, é algo que não faz sentido. Quando se começou a falar nisto, eu tive o cuidado de pedir uma cópia da acta da reunião de Câmara onde constam os estatutos propostos pelo Dr. Carmelo Aires, os quais são muito específicos em relação a isso. Dizem o número de pessoas que devem trabalhar com ele e que o vencimento não pode ser inferior à remuneração de um vereador a tempo parcial e considera mesmo um vencimento e não outro tipo de compensação. Eu não me oponho à formação de uma equipa de trabalho, mas considero que pode ser desmotivante para ela chegar a saber que a sua tarefa não vai ter execução prática. A metodologia avançada pelo Dr. Cardoso talvez seja aquela que eu mais me inclino”.*

Por sua vez, o Sr. Lino de Cravalho opinou: *“O que se constata, pelo desenrolar da discussão é que está aqui um ponto que é para decidir sobre a instituição duma figura que não se sabe o que é, ou seja, os membros deste Órgão são chamados a deliberar sobre uma coisa um bocado fantasmagórica, não pode ser. Acho que deve vir à Assembleia uma proposta fundamentada por alguma bancada ou, então, por uma equipa de trabalho que, em colaboração com a Mesa, procure conhecer o enquadramento legal da entidade, as suas funções e, portanto, que traga uma base que permita deliberar com conhecimento de causa, porque senão é uma irresponsabilidade. Por isso, entendo que a sugestão do meu camarada Raimundo Cabral é a mais adequada”.*

Entretanto, o Sr. Presidente lembrou que na sessão anterior ficara convencionado que os eleitos iriam para casa reflectir e fazerem algumas pesquisas, para hoje estarem habilitados com algo de novo, não deixando de reconhecer que as duas propostas avançadas tinham alguma similitude.

Logo após, o Sr. José Cardoso recordou que no pretérito mandato foi constituído um grupo de trabalho que trouxe à Assembleia um projecto de estatutos e uma série de situações resolvidas, faltando o essencial: o enquadramento legal, o qual não existia. Assim, advogou que não era qualquer equipa de trabalho que ia resolver o problema.

Face ao exposto, a Sra. D. Carmen Balesteros fez notar que o Sr. J. Cardoso devia estar enganado, dado que não foi criado nenhum grupo para o efeito, uma vez que o assunto foi debatido em reunião de Câmara praticamente no final do mandato.

O Sr. José Cardoso insistiu na sua ideia.

A Sra. D. Carmen Balesteros reafirmou o seu anterior apontamento, baseando-se na informação de que dispunha, acrescentando depois: *“Há aqui 3 hipóteses para resolvermos esta questão:*

- *Ou este ponto vem sustentado com um parecer jurídico e um dossier por quem elabora a ordem de trabalhos, a Mesa, com a eventual assessoria jurídica da Câmara;*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- *Ou este assunto vem proposto por uma bancada e vem informado em todas as suas componentes jurídicas, funcionais, orgânicas, estatutárias, etc., etc.;*
- *Ou passamos para a organização de um grupo de trabalho, que é muito interessante mas dá muito trabalho e nem todos temos formação nem disponibilidade suficiente para analisar com o rigor que estas coisas merecem e exigem.*

Nesta conformidade, parece-me que talvez a melhor solução seja optarmos por uma das duas anteriores”.

“Nem a Mesa nem o seu Presidente têm o poder da iniciativa, quem a tem são os eleitos ou os respectivos grupos. A Mesa pode ser incumbida de fazer diligências e se for decidido que ela deve efectuar consultas actuará nesse sentido, mas se nenhum dos Srs. deputados apresentar uma proposta concreta o assunto não será agendado. Neste contexto as duas alternativas são: ou se constitui um grupo de trabalho para apresentar uma proposta concreta, ou tira-se o tema e espera-se que apareça uma iniciativa concreta apresentada por quem quer que seja”, pronunciou o Sr. Presidente de imediato.

Por seu turno, o Sr. Estevão Bicho proclamou: “Ouvindo as várias bancadas e sem ter conhecimentos profundos de ordem orgânica e jurídica, digo que não. E digo não porquê ? Porque em função do quadro de competências e do regime jurídico de funcionamento dos órgãos municipais e das freguesias, já somos todos um pouco, ao fim ao cabo, um provedor do município. E agora ainda mais, uma vez que a própria legislação ao criar as Comissões Sociais de Freguesia, veio dar um poder e um relevo muito maior ao cidadão de se poder manifestar sobre determinados problemas. O município só não está representado na sua área geográfica local, através da Comissão Social de Freguesia, se não quiser. Francamente, o tempo que eu dedico todos os dias à minha Freguesia e os problemas que existem para resolver e que não os vejo solucionados ano após ano, se for instituído o Provedor do Município, com cartão de crédito e com carro, coisas que eu não tenho como autarca, eu chego ao pé dele e entrego-lhe as chaves da Junta”.

Por sua vez, o Sr. Bravo Nico asseverou: “Eu penso que estamos a discutir isto do fim para o princípio, isto é, andamos mais preocupados com os cartões de crédito e com os automóveis do Provedor do Município do que propriamente com a sua necessidade ou com a sua função. A mim não me repugna nada que uma câmara municipal tenha como assessor alguém de idoneidade insuspeita que seja considerado como Provedor do Município, se isso significar uma melhoria de igualdade do acesso dos cidadãos aos serviços municipais. Isso é um aspecto político. A questão jurídica é outra, porque pode existir uma legislação específica que permita criar tal figura. Eu concordo inteiramente com as considerações que foram produzidas pelo deputado Lino de Carvalho, pelo que ou alguém apresenta alguma coisa de concreto bem constituída e fundamentada, para que nós nos possamos pronunciar, ou então estamos aqui a discutir nada”.

Tomou depois a palavra o Sr. José Russo, que expressou: “Reitero em absoluto a intervenção do meu camarada Estevão Bicho e acho que faz sentido, de acordo com a deliberação que nós tomámos na sessão anterior, o ponto vir como vem, dado que, do meu ponto de vista, o que a gente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

tem que decidir é se vamos avançar com esse processo. Na minha opinião não, pelas razões apontadas. Entendo que todos os órgãos autárquicos resolvem esse problema, visto que a democracia dispõe dos instrumentos necessários para executar esse cargo e, nessa medida, julgo que não faz sentido criar esta figura”.

Perante o desenrolar do debate, o Sr. José Cardoso declarou: *“Tomei nota do que disse o Sr. deputado Lino de Carvalho e de outros membros e, em função disso, o PS faz a seguinte proposta: que se retire o ponto da ordem de trabalhos até que seja apresentada, por qualquer grupo ou elemento desta Assembleia, devidamente instruída e fundamentada, uma proposta para a sua constituição”.*

Adiante, interveio o Sr. Carlos Percheiro, que exprimiu: *“Parece-me que a Assembleia está preocupada em ver se existe a possibilidade para a criação e não a necessidade dela, isto é, a discussão não foi precedida da precisão do cargo e aqui é que está enviesado o debate”.*

Regressando ao uso da palavra, a Sra. D. Carmen Balesteros afirmou: *“Aceitamos perfeitamente a proposta do Sr. J. Cardoso mas alvitramos que ela inclua a formação duma equipa de trabalho que aprecie todas as questões, assessorada juridicamente ou sob outros pontos de vista, pela edilidade, e em vez de ser apresentada por uma bancada qualquer, que venha à A. M. com o acordo de todas as forças políticas”.*

Posto isto, o Sr. Presidente disse: *“Julgo que a proposta do Sr. J. Cardoso acaba por ser um pouco redundante e até não sei se será legal, pelo seguinte: suponham que nós deliberamos que não se institui. Isso não pode impedir que amanhã um membro qualquer decida apresentar uma proposta nesse sentido. Portanto, qualquer decisão que venha a ocorrer, sem que tenha por base uma deliberação fundamentada, estará sempre prejudicada no futuro, estando em causa, na minha óptica, aquilo que acabou por ser dito pela Sra. D. Carmen, que é se a Assembleia decide ou não organizar um grupo para **estudar** a matéria, que permita depois ao mesmo tomar uma iniciativa a partir daí”.*

“Peço desculpa, mas não é essa a nossa posição, uma vez que a nossa proposta é: retira-se da agenda este ponto. Qualquer grupo que apresente uma proposta fundamentada e instruída, incluindo-se aqui a sua necessidade, então ela será debatida por este Órgão nessa altura”, especificou imediatamente o Sr. José Cardoso.

Entretanto o Sr. Branco Filipe observou: *“Tendo em atenção a proposta do Sr. J. Cardoso, acho que devemos passar à sua votação e deixarmos a discussão do «sexo dos anjos»”.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Reforçando as palavras do orador antecedente, o Sr. Bravo Nico enunciou: “*É só para realçar que a proposta é para retirar da ordem do dia este assunto, até que alguém entenda apresentá-lo novamente, e acabar com este debate já*”.

Então, o Sr. Presidente comentou: “*Eu concluo, neste momento, que há uma proposta em cima da mesa, mas percebi que da bancada da CDU havia uma outra para formação duma equipa de trabalho.....*”.

Os eleitos da CDU transmitiram prontamente que retiravam a sua proposta.

Assim, o Sr. Presidente pôs a proposta do PS à votação, tendo ela sido aprovada por unanimidade, pelo que o 3º ponto foi retirado da agenda.

PONTO 4 – EMISSÃO DE PARECER SOBRE A ALTERAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA TOREGA PARA NOSSA SENHORA DA TOUREGA, NOS TERMOS DO N.º 3 DA LEI N.º 11/82, DE 2 DE JUNHO

O Sr. Presidente justificou a inclusão deste ponto na ordem do dia nos seguintes termos: “*Alguém, que produziu legislação nos anos 60, introduziu, certamente por lapso, uma incorrecção no nome tradicional da Junta de Freguesia, suprimindo o «u» na palavra «Tourega». Acontece que a Junta tem em preparação o seu símbolo heráldico e os homens da heráldica são muito rigorosos e, obviamente, não podem pôr uma designação na Freguesia que não seja aquela que está legalmente consagrada, que é «Torega». Feitas várias consultas a diversos organismos na expectativa de que se pudesse reparar o erro, apurou-se que, em virtude de o mesmo estar legalizado em decreto, só um decreto de força igual ou superior é que pode emendá-lo e a sugestão que os serviços jurídicos fizeram foi no sentido de que se levasse a questão ao Parlamento. Na minha qualidade de deputado, apresentei um decreto, tendo a respectiva Comissão Parlamentar exigido à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia, mediante ofício, um parecer para o efeito. Daí que, para que o processo possa ser submetido a votação na Assembleia da República, é necessário que quer a Assembleia de Freguesia quer a Assembleia Municipal se pronunciem sobre a matéria”.*

Na qualidade de Presidente da Junta, o Sr. João Valverde referiu que uns ministérios escrevem, na correspondência que lhe enviam, a identidade da Freguesia com «u» e outros sem esta letra e que a Câmara coloca sempre «Tourega», sendo de realçar que na acta de tomada de posse dos eleitos da Junta o nome nela inscrito também foi «Tourega».

Mais à frente, divulgou que nas cadernetas prediais a denominação da Freguesia é mencionada das duas maneiras.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Face ao explanado, deu conta que a Junta tem contactado, há vários anos, diversos organismos para resolver a situação, tendo o Ministério do Ordenamento do Território aconselhado que a única forma de a ultrapassar seria através de um decreto-lei aprovado no Parlamento. Nesta conformidade, foi contactado o Dr. Capoulas Santos, o qual encetou as demarches necessárias para se alterar a designação da Freguesia, faltando um parecer da A. M. para tal, pelo que solicitou aos seus membros a aprovação deste ponto.

Falou seguidamente a Sra. D. Carmen Balesteros, dizendo: *“É óbvio que vai haver unanimidade nesta votação, na medida em que é um pormenor de identidade, a qual nos preocupa e diz respeito a todos e a cada um de nós.*

No seguimento desta discussão e fazendo apelo aos nossos patrimónios, que são de nomes e de símbolos, eu trazia outros temas à liça, sendo um deles muito importante para nós, pelo menos desde os séculos XV/XVI, que temos conhecido até aqui por Feira de S. João.....”.

“Sra. deputada isso não está agora em discussão”, advertiu o Sr. Presidente, interrompendo-a.

A Sra. D. Carmen Balesteros respondeu: *“ Como estamos a apreciar a correcção da denominação duma Freguesia, permita-me fazer um apelo: que se mantenha a designação do citado certame.*

Para além disso, no último ano voltou-se outra vez ao brasão da cidade e nós vimo-lo da documentação oficial, nos depósitos do lixo, etc.. Eu gostaria de perguntar se não seria de manter o outro logotipo tão interessante, que foi criado para a cidade de Évora, que parecia uma aranhita” ?

Interveio logo após o Sr. Baltazar Damas, proferindo: *“Eu sou daqueles que gosto de ouvir a Sra. deputada Balesteros a fazer história das coisas, mas agora fiquei decepcionado, porque pensei que ia abordar a questão do «o», do «u» e da Tourega e isso não aconteceu.*

Por outro lado, como está em causa o símbolo heráldico da Freguesia, é importantíssimo que a gente defina aqui se estamos de acordo ou não com esta matéria. Mais que isto não há muito a dizer”.

Por sua vez, o Sr. Agostinho Banha pronunciou: *“Penso que todos estaremos em consonância para votar favoravelmente esta proposta, mas julgo que mais importante do que isso seria sabermos, da parte do Sr. Presidente da Junta, se a população residente está ou não de acordo em se corrigir o nome da Freguesia”.*

Tomou posteriormente a palavra o Sr. Bravo Nico, argumentando: *“Quando iniciei funções de autarca em S. Miguel de Machede fui confrontado com uma sugestão para constituição do nosso símbolo heráldico, a qual foi elaborada por uma empresa que eu não conheço de lado algum, que consistia num dragão verde lançando umas chamas vermelhas cá para fora, que eu não sei se tem alguma coisa a ver com a nossa Freguesia. Em reunião do nosso executivo foi deliberado cancelar imediatamente aquele processo. Isto entronca um pouco naquilo que o meu colega estava a referir,*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

porque eu entendo que neste momento estamos a assistir ao aparecimento de símbolos heráldicos em todas as freguesias, tendo isso também acontecido no nosso Município há 2 anos, salvo erro, criado não sei por quem e com que legitimidade. Duvido muito que esses emblemas tenham directamente a ver com a história das freguesias e com as suas identidades. Deixo aqui este alerta: tenho receio que sejam instituídas, de forma definitiva, novas identidades em muitas das freguesias, visto que são vendidas por empresas que não estão ligadas ao municipalismo. Não sei se não seria conveniente, por exemplo, a A. M. criar algum sistema de controlo científico ou de outra natureza qualquer nesta matéria, para que a liberdade imaginativa dos técnicos dessas firmas não chegue ao ponto de nos impingirem coisas que não estão relacionadas connosco”.

Respondendo ao apontamento do Sr. A. Banha, o Sr. João Valverde explicitou: *“Na minha Freguesia toda a gente escreve «Tourega» e sempre isso tem sucedido e se formos consultar os livros de André Resende ou de Túlio Espanca verificamos o mesmo. Uma vez coloquei esta questão a Túlio Espanca, o qual me confirmou que era «Tourega» e não «Torega». Também ao nível da igreja me confirmaram que é a 1ª designação e não a 2ª. Portanto, nem o povo aceita nem a história reza que seja «To». Não estamos a inventar a denominação, «eles» é que nos a alteraram sem fazerem qualquer decreto-lei.*

Sobre o brasão, nós preocupámo-nos com aquilo que pertence à nossa Freguesia, dado que pedimos a colaboração de historiadores da nossa terra, que nos ajudaram nessa tarefa, e reunimos e Assembleia de Freguesia onde debatemos esse assunto e depois foi só entregar a maqueta à empresa”.

“Eu tenho aqui uma proposta de deliberação que diz: A Assembleia Municipal de Évora, na sua sessão ordinária de 28.04.03, decidiu, por.....(votação), emitir parecer favorável à alteração da designação da Freguesia de Nossa Senhora da Torega para Nossa Senhora da Tourega, tendo em conta que a actual designação oficial consta do decreto n.º, a qual constitui uma mudança da denominação histórica da Freguesia sem qualquer justificação que urge ser corrigida”, noticiou o Sr. Presidente de imediato.

Replicando ao depoimento do Sr. B. Damas, a Sra. D. Carmen Balesteros salientou: *“Pessoalmente, sou capaz de lhe fazer uma dissertação histórica sobre a Freguesia de Nª Sra. da Tourega e até institucionalmente, visto que as aulas na Universidade são públicas e se o Sr. estiver interessado, com o maior prazer aceitarei a sua presença nas minhas, tanto mais que existe uma cadeira de História da cidade de Évora”.*

Reportando-se à alocação do Sr. Bravo Nico, comentou: *“Essa ocorrência do dragão é uma coisa perfeitamente aberrante, mas, por outro lado, tanto quanto sei, existe na Câmara uma Comissão de Toponímia ou um órgão que aprecia alvitres de nomes para arruamentos. Assim, entendo que se os Srs. Presidentes de Junta tiverem dificuldades porque não essa Comissão dar apoio às Freguesias nesse aspecto” ?*

Findo este apontamento, o Sr. Presidente colocou o parecer atrás descrito à votação, que foi aprovado por unanimidade.



PONTO 5 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou o plenário sobre as actividades desenvolvidas pela edilidade nos meses de Fevereiro e Março de 2003, destacando especialmente:

- O lançamento do programa «**uma vida uma árvore**», o qual corresponde a uma intenção estratégica de aumentar a arborização de todo o concelho à medida que vão nascendo mais crianças, esperando-se que nasçam entre 700 e 800 bebés por ano, cuja iniciativa tem a colaboração do Hospital do Espírito Santo;
- Uma reunião de trabalho ocorrida com o Secretário de Estado das Obras Públicas a propósito de um conjunto de necessidades, nomeadamente em matéria de acessibilidades rodoviárias, que a cidade possui, como por exemplo, as variantes a S. Miguel de Machede e à Vendinha, a conclusão dos trabalhos das circulares da EN 18, etc.;
- O início de mais uma fase das obras de recuperação do centro histórico, que se tem centrado no Largo Luís de Camões e na Rua Elias Garcia, na Alcárcova de Baixo, na Rua 5 de Outubro e na Praça de Sertório;
- Contactos que têm surgido com o Ministério da Cultura e com os responsáveis do Instituto da Biblioteca e do Livro e da Torre do Tombo, a propósito da problemática da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Évora;
- A visita feita pelo Executivo e por alguns membros da Assembleia Municipal a várias obras que estão em curso no concelho;
- A participação da CME numa reunião do Conselho Directivo da OCPM (Organização das Cidades Património Mundial), em Toledo, e num encontro da mesma Associação na sua secção do Mediterrâneo Sul, que se realizou em Córdova.

Prosseguindo, fez alusão, ao nível da **cultura**, à organização da exposição «**Viagens Fotográficas**» e à atribuição de subsídios a diversas associações do Concelho.

No **desporto**, continuou-se com o programa «**Jogar**» e deu-se apoio ao VIII Meeting Internacional de Orientação «**Évora-Património Mundial**».

Na **educação e acção social**, foram renovados os protocolos relativos ao funcionamento dos jardins de infância dos Canaviais e do Bacelo e atribuído auxílio económico aos 4 alunos da ilha de Moçambique que estão a estudar nesta cidade, acentuou.

*“No **desenvolvimento económico**, tivemos reuniões com a Academia Aeronáutica de Évora. Eu acho que AME nunca visitou esta instituição, a qual está a atravessar um período difícil de sustentabilidade porque o seu principal accionista (a TAP) se desinteressou do processo. Apesar de tudo, tem conseguido sobreviver e hoje há outros potenciais interessados que estão a investir e a procurar viabilizá-la. A AME fica já sensibilizada para, numa das próximas visitas, ir conhecer esta*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

realidade no nosso concelho, assim como obras no exterior do PITE, que há muito estavam previstas e que agora se estão a concretizar.

No planeamento urbano, prosseguiram os trabalhos de revisão do PDM, o que levou à apresentação da 1ª proposta à Comissão de acompanhamento, e continua-se a trabalhar na elaboração dos Planos de Urbanização dos aglomerados rurais e da zona de expansão dos Leões.

No que respeita às vias de comunicação, concluíram-se algumas pavimentações em várias freguesias rurais e urbanas, continuaram-se as obras da ligação das piscinas à Vista Alegre e da Variante à EN 18 - Ramo Norte.

A ETAR de Valverde está praticamente concluída e os trabalhos de ampliação e remodelação da ETAR de Évora estão a decorrer em bom ritmo.

Tomaram-se medidas para terminar rapidamente a requalificação urbana do Bairro Garcia de Resende e o projecto de expansão do Cemitério do Espinheiro, o qual tem problemas que se prendem com a tipologia do terreno, estando-se a implementar novas tecnologias para decomposição dos corpos.

Na área do ambiente, iniciaram-se as limpezas das linhas de água da zona urbana de Évora, designadamente na Ribeira da Torregela, e acabaram-se os planos de circulação dos Bairros do Bacelo, das Coronheiras e das Pites e está implementado o projecto de circulação do Bairro da Sr.ª da Saúde”, expressou mais à frente.

A propósito de o Dr. José Ernesto ter focado o tema da Academia Aeronáutica de Évora, a Sr.ª D. Carmen Balesteros comentou: “Para além de haver problemas técnicos, nos quais não me vou meter, que se prendem com o ILS que custa cerca de 50.000 contos e cuja necessidade é questionável, do ponto de vista técnico por quem sabe, existem, neste momento, alguns pormenores relacionados com os municípios, ou seja, se eventualmente, já alguma vez pararam o carro no aeródromo repararam que nós dantes podíamos ter acesso visual ao levantar e ao pousar dos aparelhos e actualmente isso não é possível, porque está tudo vedado para impedir que as pessoas vejam não sei o quê, o que é pouco simpático para a população. Por outro lado, aquilo que se vai fazer nesta Academia Aeronáutica é, sobretudo, a instrução de voo e, tanto quanto sei, o fundamental nesta actividade são dois momentos essenciais: o levantar voo e o aterrar. Não nos podemos esquecer que são nestas duas fases em que se polui mais, tanto ao nível sonoro como ao nível de emissão de gases. Portanto, eu que teria com boa a realização deste projecto, nesta altura já tenho muitas dúvidas. Porquê? Porque vimos trazer para a nossa cidade os barulhos ensurdecadores daquelas máquinas e vamos ter para as nossas crianças e para nós quantidades de poluentes emitidos por elas. Por estas razões, à parte da discussão técnica da necessidade do ILS e que, naturalmente, quem o está a explorar vai solicitar à Câmara que participe, etc. etc., e eu pergunto de que maneira é que se justifica 50.000 contos num investimento que depois vai dar instrução a quem? A quem cá fica na urbe? Ou as pessoas que vêm aqui receber instrução vêm cá recebê-la uma meia dúzia de fins-de-semana e depois vão desempenhar as suas funções profissionais para bem longe daqui? O que é que nós ganhamos, afinal de contas, com esse projecto? Se alguém me conseguisse explicar, eu gostaria muito, na medida em que sou sensível às queixas que me chegam, de quem sabe, de profissionais, de utilizadores e dos melhores instrutores de voo deste país.”



Mudando de assunto, incidiu a sua atenção na página 18 do documento em apreciação, nomeadamente sobre o Mercado Municipal de Évora, S.A., dizendo: *“Tanto quanto sei, o Sr. Presidente da Câmara terá frisado, numa das suas últimas intervenções, que a infra-estrutura irá ser inaugurada em Junho próximo, pelo que eu pergunto se se mantém esta data para o efeito mesmo com a falta de arranjos exteriores? As alterações do projecto implicaram ou não aumento de custos”* ?

Depois aflorou a página 21, mais propriamente acerca da **«continuação da elaboração de projectos para o Salão Central»**, interrogando: *“Qual é, depois de uma conversa informal que tive com a Sr.ª Directora do Departamento Histórico, o estado da situação e o que é que a autarquia prevê em relação à futura intervenção? Vão ou não seguir as recomendações do relatório da intervenção e do IPA”* ?

Mais à frente afirmou: *“Todos viram, eventualmente, aquele buraco significativo que foi escavado em frente da Catedral para colocação de um depósito de recolha selectiva de lixo. Qual é a opção em termos de futuro? Vai continuar tudo tapado? Vai-se fazer apenas um mapa do subsolo de Évora resultante do protocolo estabelecido entre a edilidade e o IPPAR? Vamos nós, munícipes, ficar sem a possibilidade de visualizar nada do património enterrado desta cidade”* ?

Voltando à Página 18, ao tema da UNESUL, observou: *“Solicitaria ao Sr. Vereador João Libório que nos fornecesse informação de qual o estado de situação da UNESUL neste momento”*.

“Na anterior reunião, quando se falou nos lotes que iam ser postos à venda pela Vereação, a bancada da CDU absteve-se com o fundamento que tal acção iria injectar no mercado uma quantidade excessiva de lotes, diminuindo o próprio rendimento do município. Eu agradecia que o Sr. Presidente da CME elucidasse quantos foram vendidos dos 31 que foram postos a leilão.

Quanto à visita às obras que foi pedida pela bancada da CDU, para mim foi interessante ver o Salão Central e outros projectos e como a visita foi interrompida gostaria que fosse marcada a sua continuação, porque nós não tivemos oportunidade de nos deslocarmos às freguesias rurais”, pronunciou imediatamente o Sr. José Mateus.

Em virtude de o Sr. Presidente da CME ter declarado, na sessão da AME de 28.09.2002, fruto de uma interpelação formulada pelo do Sr. Andrade Santos, que as obras do Mercado 1.º de Maio não tinham projecto, coisa que foi reflectida na reunião de 28 de Dezembro de 2002, levou o Sr. Raimundo Cabral a fazer um requerimento, através do Sr. Presidente da Assembleia, ao Dr. José Ernesto no sentido de ficar inteirado da situação do processo, tendo-lhe sido enviada, em Março de 2003, a respectiva resposta, do seguinte teor: *“A informação com as datas citadas pela CDU à CME respeitante ao projecto do mercado 1.º de Maio é a seguinte: o projecto foi aprovado em reunião de Câmara no dia 23 de Junho de 1999 com 6 votos a favor e uma abstenção. O concurso público saiu no Diário da República a 11 de Agosto de 1999. A adjudicação da empreitada ao empreiteiro foi feita em 23 de Fevereiro de 2000 e a aprovação do visto pelo Tribunal de Contas data de 22 de Agosto de 2000. Eu pergunto, em que ficamos? Tendo em conta as informações do Sr. Presidente do Município e esta resposta, gostaria de saber a situação e a verdade dos factos.*

Paralelamente, gostaria de interrogar qual é a razão que leva a autarquia (foi a única) a não participar nas Olimpíadas Populares, promovidas pela Associação de Municípios do Distrito de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Évora, impedindo, assim, que uma série de atletas não participem nas actividades e não tenham um relacionamento desportivo”, exprimiu o Sr. Raimundo Cabral logo após.

Acerca da intervenção da Sr.^a D. Carmen Balesteros, o Sr. Presidente da CME clarificou: “A Academia de Aeronáutica nasceu de uma parceria entre a TAP e uma escola Holandesa, a Maastrish NLS, tendo a companhia portuguesa, mercê das alterações introduzidas pelo actual Governo na sua estrutura e na sua própria viabilidade, retirado-se do projecto. O problema é que a TAP anda a recrutar pilotos noutros sítios, nomeadamente na força aérea nacional, cuja formação de cada um custa ao erário público 1 milhão de contos, quando os podiam angariar em Évora, sendo de esclarecer que cada curso ministrado nesta cidade custa apenas 15 000 contos. O que está lá feito representa um investimento de mais de 2.000.000 contos e está tudo licenciado.

Algumas pessoas não conhecem a realidade do aeródromo, nomeadamente os índices de parâmetros de poluição sonora, as quais se julgam detentoras da verdade e donos da mesma, fizeram denúncias ao INAC (Instituto Nacional de Aviação Civil) pondo em causa a sua credenciação, com aquilo que isso pode representar de gravoso para esta urbe. Felizmente que isso foi tudo ultrapassado. Aquilo que a Sr.^a deputada vê, as tais vedações que leva a que esses cidadãos, muito pesarosos, lamentam que não podem ver os aviões a levantar e poisar, não é isso que eles não podem. Eles não podem é entrar com os carros dentro da pista enquanto os aparelhos estão a fazer manobras, que era isso que sucedia, e deixavam as crianças jogar à bola também lá, pondo em perigo a segurança do aeródromo. Hoje, o espaço em apreciação, tem uma procura muito significativa, muito para além das actividades da Academia, por parte de vários operadores, tais como: comerciais, empresários de agro-química aérea, de serviços de manutenção de aeronaves, de escolas de planadores e de para-quedistas, etc. Isto tudo com uma particularidade: é que ninguém desta gente paga um tostão e é chegada a hora de isso ser mudado. O complexo vai ter uma direcção técnica profissional e vai ser posto ao serviço do interesse municipal nas suas várias utilizações.

Quanto ao mercado 1.º de Maio, em Junho não finalizam as obras, termina esta fase das mesmas. Quando eu digo que não tinha projecto, isso é verdade, porque não havia projectos de água, de esgotos, de águas residuais, de infra-estruturas eléctricas, de acessibilidades à cave, etc., e as consequências que daí advieram resumem-se a isto: a empreitada foi lançada por quinhentos e tal mil contos e aquilo que está lá feito vai custar, porque não existiam projectos na altura, mais de oitocentos mil contos, para além de não terem sido financiados por nenhum programa.

Sobre a questão do mármore, não sei se as placas estão na pedreira nem quem as levou para lá, mas uma coisa posso garantir: a CME não o paga, porque a Vereação recusou aquele material, optando por outro mais acessível.

No que toca às relações com o IPA, estão normais. Os relatórios seguem, os trabalhos prosseguem, temos tido uma colaboração extraordinária, agora há uma decisão que o Executivo tomou: o centro histórico, nesta fase, não vai ser transformado num campo de exploração arqueológica. Os registos são rigorosos e precisos, os patrimónios ficarão encerrados e poder-se-á, numa fase posterior e de uma forma progressiva, ir-se fazendo escavações para complementar o conhecimento daquilo que agora é identificado.”

Para terminar, tendo presente a interrogação feita pelo Sr. José Mateus, elucidou que se venderam apenas seis lotes dos 31 que foram a leilão, cuja receita ascendeu a cerca de 80 000 contos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Posto isto, transferiu para o Sr. Vereador João Libório a incumbência de responder aos assuntos sobre a UNESUL e às Olimpíadas Populares.

Assim, o Sr. Vereador João Libório proclamou: “Se bem me recordo, Sr.ª deputada Carmen Balesteros, eu assumi aqui que foi por minha iniciativa que suspendemos os pagamentos à UNESUL, tendo eu, entretanto, deslocado-me com a Sr.ª Chefe da Divisão Jurídica e Notariado à Repartição de Finanças de Évora no sentido de saber se, liquidando a Câmara aquilo que tinha a pagar, era possível destacar os bens a reverter para o município a hipoteca que a Comissão de viabilização da UNESUL detinha. Foi-nos dito que sim e depois oficiámos a referida instituição disso e, tanto quanto sei, estamos a aguardar a sua resposta sobre esta proposta.

Quanto às Olimpíadas, foi uma opção, que tem a ver com as disponibilidades financeiras e foram tidas em conta as prioridades, devidamente acordadas com os serviços da autarquia. Isto por uma razão muito simples: nós preferimos, dentro dos escassos meios de que dispomos, a actividade regular, que não é o caso das Olimpíadas, e eu fiz o enfoque na dinamização das escolas municipais de desporto (natação, xadrez, etc.)”.

Falou depois o Sr. Estevão Bicho, asseverando: “A Junta de Canaviais, em Janeiro deste ano, enviou um ofício à Câmara com um mapa da área geográfica da Freguesia, devidamente assinalado com as vias de comunicação em mau estado, pedindo a intervenção urgente da autarquia para alguns casos. Acontece que os serviços da CME já fizeram alguns trabalhos em 2 ou 3 sítios, mas o que mais a Junta lamenta, é que alguns municípios conseguiram, particularmente, pela 2ª vez, que os seus caminhos fossem arrançados, enquanto que nos outros ainda nada foi feito. E depois vêm algumas dessas pessoas gozar com o Presidente e o Secretário da Junta sobre a situação. Nesta conformidade, solicito ao Sr. Presidente da Câmara que, rapidamente, consertem a estrada do Espinheiro, onde mora o Sr. Eng.º Barradas, que está num estado lastimoso. Têm que se fazer intervenções de forma a que as águas fluviais não estraguem os pavimentos.

No que se refere ao grupo de brincas de Carnaval dos Canaviais, quero manifestar o meu desalento pelo subsídio que lhe foi atribuído. Quando eles souberam que era só 500 € ficaram desencantado e não sei se para o ano irão renovar esta tradição, tanto mais que alguns tiraram férias para o efeito e gastaram dinheiro seu em refeições.

Ainda no capítulo da concessão de subsídios, o Sr. Vereador João Libório lembra-se que o Grupo Desportivo dos Canaviais não teve acesso a uma tasquinha na Feira de S. João do ano passado, o qual ficou privado, por isso, de angariar alguns milhares de euros. Foi lamentada a situação e dito à colectividade que se ia tentar atribuir-lhe um subsídio extraordinário. Até à data, os subsídios dados foram iguais aos dos anos anteriores, o que não se compreende. Espero que este ano o problema das tasquinhas tenha uma regulamentação diferente.

Com respeito ao torneio de futebol de sub-15 inter-freguesias urbanas e rurais, o único campeonato que está a decorrer é o de inter-freguesias rurais. Lastimavelmente, para o de freguesias urbanas não se conseguiu arranjar equipas suficientes. Agora que alguns dos senhores são presidentes de Junta porque é que não fazem um esforço para isso como sucedia anteriormente? O que é que se passa? Por isso vão ficar as crianças sub-15 dos Canaviais prejudicadas, porque não podem competir.



Outra coisa que eu quero dizer é que nas reuniões que se efectuarem sobre esta matéria, devem ser as Juntas a participarem nelas e não os clubes. Somos nós, juntas de freguesia, que temos que dar a cara e organizar o regulamento e como é que as coisas devem acontecer.

Por outro lado, queria interrogar se a ligação de ramais de esgotos ainda continua sendo só para as habitações que estão dentro do perímetro urbano, que tenham a taxa de urbanização paga e tudo legalizado, ou se há alguma alteração? Estou a dizer isto porque fiquei surpreendido quando na sexta-feira, dia feriado (25 de Abril ?) e Sábado estiveram máquinas e operadores da autarquia a construírem uma conduta de ramal da água da rede pública e de esgotos para duas propriedades que estão fora do perímetro urbano dos Canaviais. Se isto assim é, brevemente vou enviar à CME um mapa da área geográfica dos Canaviais onde existem centenas de moradias a precisarem do mesmo tratamento. Ou não é para nenhum ou é para todos!

Um outro caso estranho e lamentável que se passou foi o facto de eu estar a assistir a um funeral de um munícipe dos Canaviais no cemitério dos Remédios, no talhão dos Combatentes, eram 12:30 horas, e qual não foi o meu espanto quando vi que os dois coveiros abalaram com as ferramentas deixando o caixão por acabar de tapar. A família ficou indignada com a situação, pensámos que era a hora do almoço dos trabalhadores e que eles se tinham ido embora. Dei uma volta ao cemitério e verifiquei que eles não estavam a comer, mas sim a fazer outro enterro, cujo corpo chegou depois. Como Presidente da Junta, gostava de ser informado sobre isto.

Há vários meses que expedimos uma carta à edilidade a pedir reforço da iluminação pública em vários locais e até à data não obtivemos qualquer resposta.

Remetemos uma outra missiva a solicitar o reforço da sinalização de trânsito, quer dentro quer fora da área da Freguesia, e até ao momento também não recebemos nenhuma explicação. E já que estou a falar em sinalização rodoviária, participo que vou enviar brevemente um ofício à Câmara sobre a situação que se está a passar na estrada da Chainha, a qual é estreita, tem as bermas baixas, possui muitas entradas de quintas e as pessoas não cumprem a sinalização que lá está e acontece uma média de acidentes de 1 a 2 por semana, inclusivamente com mortes.

Finalmente, li num documento que o programa organizado pela autarquia para as comemorações do 25 de Abril teve por base propostas solicitadas a várias entidades. À Junta de Freguesia, à Casa do Povo, ao Grupo Desportivo e à ARPIC não foi. Sinceramente, é pena que não tivesse havido uma preparação para celebrar a referida efeméride com uma participação mais unitária e não apenas com programas aqui e acolá, em que cada um é que teve a sua iniciativa”.

Entretanto, devido ao adiantado da hora, o Sr. Presidente sublinhou: “Acho que há assuntos concretos que exigem um debate detalhado, sem constrangimentos, mas isto tudo depende da própria disciplina dos grupos em gerirem as suas intervenções. Se as pessoas entenderem que começa a ser difícil e que se deve adiar a sessão para outro dia, o Regimento e a lei permitem-no, que terá de ser amanhã ou no dia seguinte. Penso que devemos acabar este ponto e que devem ser apresentadas sugestões”.

“Eu fiquei assustado com o depoimento da Sr.^a deputada Carmen Balesteros em relação ao aeródromo municipal. Tanta coisa má: barulho, aviões a descolarem e a levantarem, poluição, etc.. Qual a solução? Acaba-se com a infra-estrutura ? Só agora é que começaram os aparelhos a levantarem voo e a aterrar? Ainda por cima quando se realiza neste aeródromo o “Portugal Air Show”, que é o maior e melhor festival aéreo do País e que traz milhares de pessoas à cidade de 2



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

em 2 anos. Quando, também, o Alentejo dispõe de condições meteorológicas ímpares, ao nível europeu, neste campo. Em minha opinião, o complexo é um importante polo de desenvolvimento para a urbe e congratulo-me com os investimentos que têm estado a ser feitos pela Câmara”, sustentou o Sr. Nuno Lino.

Em virtude de a Sra. D. Carmen Balesteros ter tocado no assunto do aeródromo municipal, o Sr. Florival Pinto explicitou: *“O ILS é apenas a separação em fazer-se daquele espaço uma pista de aterragem ou um aeródromo e é importante que a cidade decida nesse sentido.*

No que concerne aos barulhos, posso dizer que o meu escritório é no enfiamento do topo norte da pista, pelo que convivo com essa realidade diariamente e, sinceramente, ou tenho problemas de audição ou nunca dei conta de tamanhos ruídos.

A vedação que referiu merece-me a seguinte pergunta: Só agora ? A vedação era primordial para a segurança da infra-estrutura !

Simultaneamente, quero expressar a minha preocupação pelo facto de o Dr. José Ernesto ter dito quer vão existir taxas naquele complexo. Penso que uma das razões que leva à competitividade deste aeródromo com os outros, nomeadamente o de Tires, é a ausência de taxas.

Não posso deixar de dar os parabéns à Vereação pela instalação de ecopontos na cidade, mas gostava de questionar se se pensa colocar outros e em que locais e se está nos horizontes do Município fazer-se a recolha selectiva do lixo ?

Noutro âmbito, vi a rapidez com que se instalou, muito recentemente, uma rotunda na variante às muralhas, mas julgo que ponto mais crítico do que esse é o cruzamento do MARE, onde tem havido acidentes perigosos, alguns com feridos bastante graves, sendo de meu parecer que se tem que encontrar uma solução de trânsito para aquele local.

Noutro contexto, quero manifestar a minha apreensão pelo estacionamento irregular levado a cabo por veículos pesados de passageiros junto às muralhas, encobrindo-as a quem nos visita, próximo das entradas da cidade, pelo que inquirio se o Executivo está a estudar algum plano para resolver o problema?

Para terminar, recordo que no início deste mandato existiam na edilidade pedidos de licenciamento para estabelecimentos datados de 1999, tendo-me chegado ao conhecimento que algumas dessas petições, passado 1 ano e meio, permanecem por solucionar, pelo que eu pergunto qual é a perspectiva da Vereação para corrigir esta herança da anterior administração municipal”.

Retorquindo à dissertação do Sr. Estevão Bicho, o Sr. Presidente da CME declarou: *“No fundo, o Sr. deputado disse que a autarquia recebe munícipes e resolve-lhes os problemas. Agora, nem todos serão decididos da forma como o Sr. gostava, sendo certo que venceu que há ligações de águas em casas de pessoas que nunca são beneficiadas pelo facto de viverem a 10m do perímetro urbano e que hoje têm o precioso líquido em casa; que as brincas foram reactivadas e receberam um subsídio de 500 €, mas foi-lhes dado o transporte e a possibilidade de obterem outras receitas; que o clube desportivo o ano passado não foi beneficiado, mas que lhe foi dada a garantia de um subsídio extraordinário, coisa que acontecerá na altura mais próxima, sendo bom recordar que o grupo não teve acesso a uma tasquinha na Feira de S. João porque o sorteio assim o ditou; que lamenta que não haja equipas para o torneio inter-freguesias, nós também lastimamos tal situação; que o*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

trabalho foi interrompido no cemitério, olhe, nós agradecemos essa informação, não tínhamos conhecimento disso, mas vamos apurar de imediato o que se passou, agora posso garantir-lhe que não há nenhuma alteração normativa nessa matéria.

No tocante ao reforço da iluminação pública, é uma preocupação geral que temos, e sobre a sinalização está aqui no documento a realização de trabalhos em bairros vizinhos, como o Bacelo, Coronheiras e Pites, pelo que, a curto prazo, chegaremos aos Canaviais.

Sobre as comemorações do 25 de Abril, admito que não esteja de acordo, não foi essa a opinião dos muitos milhares de eborenses que participaram nelas. A ideia de se tentar o simulacro de uma pseudo organização unitária, convocando todos para fazerem em conjunto da mesma maneira, essa opção acabou de vez. A Câmara promove as iniciativas que entende, do ponto de vista municipal, e cada uma das organizações é livre de fazer as suas actividades.

Relativamente ao apontamento do Sr. Nuno Lino, clarifico que há mais investimentos a efectuar no aeródromo, para o mesmo deixar de ser uma pista só de aterragens. Para que seja um aeródromo tem que funcionar com regras, com condições de segurança, com uma gestão que permita compatibilizar a diversidade das utilizações que possui e não pode ser uma fonte de encargos para o município, porque foram muitas dezenas de milhares de contos que foram investidos naquele equipamento. Porque é que os alunos de Tires vêm aqui ? Porque lá tem de pagar e aqui é à borla. Portanto, irá haver taxas, aliás já existem, só que ninguém as paga.

Com respeito aos problemas de trânsito junto ao MARE, vão ser construídas 2 rotundas, a curto prazo, naquela zona. Aquilo tem outra questão que consiste no facto daquele espaço ainda estar no processo de transição da Junta Autónoma de Estradas para a CME. Estamos a negociar com a JAE todos os troços de estradas nacionais, como é o caso, que estão na sua posse para passarem para a autarquia a troco de outros terrenos, como, por exemplo, o parque de estacionamento entre a Porta da Lagoa e a Porta de Aviz, que não nos pertence.

O assunto do estacionamento de pesados junto às muralhas, enquadra-se no programa PÓLIS, que se está a concursar e que vai ser adjudicado brevemente.

Relativamente aos licenciamentos, é outra preocupação que temos. De facto, é um dos aspectos que eu, como Presidente da Câmara, reconheço que ainda não conseguimos ultrapassar, o cumprimento de prazos. Melhorou-se qualquer coisa, mas estamos muito longe de cumprir aquilo que é razoável. Nunca ninguém me ouviu atribuir a responsabilidade aos técnicos, a qual é, primeiramente, nossa e particularmente minha. Compreendemos que isso significa grandes sacrifícios para os munícipes, mas estamos empenhados em melhorar as coisas”.

A Sr.^a Vereadora Fernanda Ramos prestou elucidações acerca de algumas interrogações postas pelo Sr. Florival Pinto, dizendo: “*Dos contentores subterrâneos que foram recentemente inaugurados estão perto de 70% em funcionamento, estando alguns ainda a serem localizados.*”

Relativamente à recolha selectiva, ela não pode ser garantida a 100%, porque ainda não temos a central de triagens pronta, sendo nosso objectivo que ela se estenda a todas as freguesias com o esforço da instalação de novos contentores.

Com referência às empresas de restauração e outras, como sabe na nossa cidade, fundamentalmente no centro histórico, não é fácil essa apanha. A autarquia tem em estudo a possibilidade de poder vir a ter uma linha disponível para que o cidadão possa solicitar a recolha



personalizada de alguns resíduos. Isto porquê? Porque o cartão possui dimensões significativas e o nosso comércio está concentrado sobretudo no centro histórico e os contentores que estão instalados não comportam a dimensão desse material”.

Reportando-se também à dissertação do Sr. E. Bicho, no que concerne à realização do torneio de futebol sub-15, o Sr. José Mateus explicitou: *“No caso da Freguesia do Bacelo, não foi possível arranjar uma equipa, porque não era num prazo de 15 dias que nós íamos conseguir angariar um treinador, jogadores, campos para jogar, uma vez que não existe qualquer estrutura. Contactei com pessoas que estiveram ligadas em anos anteriores, mas os miúdos crescem e não têm sempre menos de 15 anos. Falei com um dirigente do Clube de Futebol do Frei Aleixo, espalhei papéis e pedi a colaboração de alguns rapazes, tendo aparecido só um que me disse que ia arranjar uma equipa completa, mas o que é verdade é que nunca mais apareceu. Não foi má vontade ou desinteresse, simplesmente não foi possível”.*

Respondendo aos comentários produzidos pelos Srs. Nuno Lino e Florival Pinto, a Sr.^a D. Carmen Balesteros afirmou: *“O aeródromo de Évora é uma estrutura mais antiga que a Academia de Aeronáutica e convém não confundir as duas coisas. Eu falei sobre a segunda e não da primeira e, segundo sei, a Academia é que se tem estado a instalar e a gerar alguns problemas de relacionamento, sobretudo com alguns munícipes e utilizadores. É neste sentido que eu solicito a intervenção da Câmara para moderar o conflito, visto que o que lá existe são questões de carácter e de feitio na forma de negociar as situações com a instituição holandesa, a qual parece que tem tido um posicionamento muito inflexível e um pouco afrontador daqueles que já lá estavam.*

Por outro lado, digo outra vez que não sou especialista na matéria, mas sei que o ILS é um instrumento de voo, especialmente de aterragem, que há um em Beja e que o aeroporto do Porto não tem e, no entanto, sabemos qual é o movimento do aeroporto daquela cidade, que necessita de condições climáticas e a proximidade do mar.

Com respeito às vedações, elas podem ter vários formatos e cumprirem diversas funções. Há aquelas que impedem o acesso e existem outras que obstruem a visibilidade. No caso da pista, vedaram, muito bem, o acesso, mas podiam não terem dificultado a visibilidade.

Ao nível do ruído, baseei-me numa reclamação de uma munícipe que se dirigiu, no anterior mandato, a esta Assembleia nesse sentido”.

“O torneio de futebol inter-freguesias rurais sub-15 é das manifestações de desporto popular com mais sucesso junto das camadas jovens e é uma iniciativa que nós temos acarinhado, mas não é um evento que eu sinta que seja a Junta a entidade promotora principal da participação das crianças nessa modalidade. Entendemos que devem ser as associações da freguesia com vocação para essa actividade a dinamizarem junto dos miúdos a sua participação na competição.

No que toca às freguesias urbanas, julgo que não deve ser a Junta o seleccionador dos jovens e a promotora da constituição das equipas e deixava aqui uma sugestão ao Sr. Vereador da área: que este campeonato de futebol de Sub-15 possa ser aberto a escolas, a grupos desportivos e a colectividades juvenis, para promover a participação das crianças de todo o concelho, dado que nós



sentimos que existe uma discriminação negativa em relação aos miúdos da parte urbana da cidade”, sustentou o Sr. Bravo Nico posteriormente.

Por sua vez, o Sr. Lino de Carvalho citou: “Tive oportunidade de visitar o aeródromo e de conhecer os problemas com que se debate, tendo em conta os direitos dos cidadãos eborenses e das preocupações que existem, e de conhecer melhor a situação junto das entidades da tutela, havendo, de facto, uma claríssima ausência de compromissos pela TAP em relação à autorização da escola como fonte de recrutamento dos seus pilotos e há outros problemas ligados à própria legalização do aeródromo no plano internacional. Entendemos que se deve fazer tudo para minimizar as consequências negativas que eventualmente existam no seu funcionamento e acompanhamos com todo o empenho a valorização da estrutura e da Academia Aeronáutica e a tomada das necessárias medidas de segurança.”

Tendo presente as últimas 3 alocações, o Sr. Presidente da CME observou: “A CME continuará empenhada, quer neste caso do aeródromo quer noutros quaisquer, em fazer sempre o melhor, procurando actuar em parceria com todos, ouvindo e mobilizando todos para a superação dos problemas. Neste contexto, informo que tivemos uma reunião com o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas e com o INAC, na qual foram assumidos uma série de compromissos (da parte da edilidade já estavam alguns em execução), tendo a 2ª entidade comprometido-se a ajudar-nos, sob o ponto de vista técnico, municiando-nos com alguma orientação necessária para a qualificação”.

Tendo em mente as pretéritas teses expostas pela Sr.ª D. Carmen Balesteros, o Sr. Florival Pinto explicou: “No aeroporto Sá Carneiro o ILS é um instrumento complementar de ajuda à navegação, que faz parte de um outro conjunto de aparelhos que lá existem.

No aeródromo de Évora, porque não tem esse tipo de outros instrumentos, ele é primordial.

Com referência ao ILS que está em Beja, ele é para uso militar”.

Ainda acerca do assunto do aeródromo, o Sr. Baltazar Damas evidenciou: “Temos uma das melhores escolas de pára-quedismo do país. Estou a referir isto porque um dos vários cursos que eu tenho é relativo a essa actividade e aqui em Évora fui algumas vezes convidado pelo grupo da modalidade local. É reconhecido que a escola está a trabalhar bem, sendo preciso anunciar que a mesma dispõe de campeões nos escalões de juvenis e juniores e há outro atleta que é vencedor de campeonatos internacionais.

Com respeito ao ruído, devo dizer que no anterior executivo da J. F. da Horta das Figueiras haviam queixas sobre o dito, que partiram de um holandês que vivia no monte da Serralheira e dos habitantes do Bairro de Almeirim, só que, entretanto, as coisas foram esclarecidas e clarificadas e a questão foi ultrapassada.

No domínio do torneio sub-15, devo elucidar que eu fui um dos mentores para que se realizasse o campeonato das freguesias urbanas. As coisas correram sempre bem até ao ano passado, simplesmente, como disse o meu colega Mateus, as crianças vão crescendo e a dificuldade é enorme. Aquilo que ficou decidido na derradeira vez que nos reunimos, foi que a Freguesia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Canaviais entraria na competição das freguesias rurais caso não se efectuasse o torneio das freguesias urbanas, mas com um item especial, que era o de não poder participar com jogadores federados. Se fossem federados tinham que ser naturais dos Canaviais. Este ano a Junta de Freguesia da Horta das Figueiras conseguiu arranjar um treinador, vários dirigentes, mas não se conseguiu recrutar atletas, apenas 12 e 6 deles tinham 10 anos, o que se poderia tornar perigoso num campeonato com rapazes de 15 anos.

Há aqui um aspecto que o Sr. E. Bicho falou e eu estou de acordo com ele, que é o facto de a Câmara executar determinado tipo de obras e não informar as Juntas. Estou a lembrar-me, por exemplo, da ribeira da Torregela onde isso aconteceu”.

“Em resposta àquilo que o Dr. José Ernesto declarou, eu só quero anunciar que temos nos Canaviais casas de habitação ainda mais próximas das redes de água e dos esgotos do que aqueles onde foram feitos os trabalhos e não temos incentivado as pessoas a virem cá à Câmara a pedir porque não tínhamos conhecimento que era autorizado. Se soubéssemos a gente dizia aos munícipes: vão solicitar à autarquia que ela agora liga.

No que toca ao campeonato de futebol, não venham com a desculpa que os Canaviais tem um clube, porque ainda no ano passado houve miúdos federados a jogarem nas equipas das freguesias rurais. Nessas condições, deixar-se-á de chamar um torneio inter-freguesias, passar-se-á a apelidar de campeonato de futebol sub-15 sobre outra coisa qualquer. Se for uma competição inter-freguesias, são as Juntas, com o apoio dos organismos culturais e desportivos, que arranjamos as crianças e o resto. E essa questão de não haver rapazes é consequência de as pessoas se esquecerem daquilo que prometem. Afinal o que é que está errado ? É a gente prometer uma coisa e só se lembrar dela uma vez por ano, ou durante todo o exercício ir procurando dar apoio ao desporto, conforme nós temos estado a fazer” ? - venceu o Sr. Estevão Bicho seguidamente.

Findo este depoimento, o Sr. Presidente deu por encerrado o 5.º ponto da agenda, tendo depois comentado: *“Faltam-nos 2 pontos e eu recebi uma sugestão para interromper os trabalhos neste momento e que retomássemos a sessão noutro dia. O que o Regimento e a Lei rezam é que «A Conta de Gerência e o Relatório de Actividades devem de ser discutidos e votados no mês de Abril» e que «as reuniões ordinárias podem ser multiplicadas até 5 sessões separadas». Só que só temos o dia de amanhã e o outro, pelo que eu coloco à consideração do plenário se quer fazer um esforço suplementar e acabar os 2 pontos que faltam, ou se quer interromper esta reunião e quando é que a pretende retomar ? Esta situação veio trazer-nos, uma vez mais, a reflexão de que basta uma pequena alteração ao Regimento que estabeleça o tempo máximo de duração para cada ponto, para facilitar até à Mesa o número de pontos a agendar”.*

O Sr. Raimundo Cabral alvitrou que se suspendesse a sessão e que a mesma fosse retomada na quarta-feira, dia 30 de Abril.

Face ao exposto, o Sr. Acácio Alferes exprimiu: *“Acho que a sugestão dada da véspera de feriado é equilibrada, permite a capacidade de podermos discutir com mais tempo o ponto 7. Eu não*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

combinei nada com os elementos da bancada do PS, mas parece-me razoável interrompermos aqui os trabalhos e recomeçarmos no último dia do mês”.

Por seu turno, o Sr. Florival Pinto transmitiu que a quarta-feira (dia 30 de Abril) era a melhor altura para prosseguir a reunião, visto que, tendencialmente, o último ponto ir-se-á prolongar, ficando, pelo menos, o dia 1 de Maio para os Srs. deputados poderem descansar.

Perante o explanado, o Sr. José Cardoso alertou que o Sr. Presidente se poderia confrontar com um problema sério na quarta-feira, que era: uma série de membros que estavam presentes poderiam não comparecer e se isso acontecesse não poderiam ser substituídos, porque se tratava da continuação duma assembleia.

“Há aqui uma situação que eu quero clarificar, é que nós marcássemos um término para essa próxima reunião, ou seja, se se iniciar às 21,00 horas ela deve terminar às 24,00 horas”, sustentou depois o Sr. Baltazar Damas.

Tendo em conta as posições assumidas, o Sr. Presidente inquiriu ao colectivo quem é que não poderia estar presente no dia 30, tendo 8 membros manifestado a sua indisponibilidade, cujas ausências poderiam gerar uma situação de falta de quorum. Assim, o Sr. Presidente entendeu que seria melhor fazer-se um esforço e continuar-se a sessão.

“E se fosse amanhã à noite” ?, interrogou adiante o Sr. Bravo Nico.

“Isso vai dar a mesma coisa”, proferiu o Sr. Presidente.

Em virtude de alguém ter dito que tinha que ir trabalhar às 5,30 horas e outros eleitos terem patenteado intenção de se irem embora, o Sr. Presidente disse: *“Se não nos entendemos em termos de consenso, eu farei uma votação para ver quem é a favor da continuação. Parece-me que entre o risco de não termos quorum amanhã ou depois e o risco de alguma pessoa ter que sair agora, considero melhor fazermos um pequeno sacrifício e acabarmos a sessão”*. Nesta conformidade, o Sr. Presidente prosseguir com a reunião.

PONTO 6 – DELIBERAÇÃO SOBRE A ADESÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA À ASSOCIAÇÃO EUROPEAN PORTUGAL

Acerca desta matéria, o Sr. Presidente afirmou: *“A vereação propõe que a Assembleia Municipal delibere sobre a Associação em título, a qual é uma federação europeia de organizações nacionais*



que gere concursos de arquitectura para jovens arquitectos e que acompanham a concretização dos seus resultados”.

Reforçando as palavras do orador antecedente, o Sr. Presidente da Câmara realçou: *“A CME tem, neste momento, em curso um projecto em que um conjunto de novos arquitectos estão a analisar uma área da cidade para proporem soluções para a mesma, indo ele ser sujeito a concurso de âmbito internacional e se for vencedor será implementado na nossa cidade. Trata-se de um plano para recuperação duma zona da periferia urbana e como o Município só pode aderir a isto se for mandatado pela A. M., é neste sentido que colocamos este ponto à sua consideração”.*

Constando na certidão em causa os pagamentos de uma jóia e uma quota anual durante 2 anos, o Sr. Baltazar Damas perguntou se este último era obrigatório para o referido período.

Então, o Sr Presidente da autarquia explicou: *“Enquanto duram os estudos sobre o projecto e o concurso, a Câmara de Évora e as demais participam na dita Associação como associadas, ficando obrigadas a pagar quotas pelo período mínimo de 2 anos”.*

Depois acrescentou: *“O concurso visa promover o estudo, sob o ponto de vista arquitectónico, de arranjos urbanísticos de áreas degradadas das periferias das cidades. No caso de Évora, é a zona da Parreirinha, onde era o Forno do Tijolo”.*

Verificando a inexistência de mais inscrições para o debate, o Sr. Presidente pôs o 6.º ponto da ordem do dia à votação, tendo ele sido aprovado por unanimidade.

PONTO 7 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA CONTA DE GERÊNCIA E DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2002 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação dos documentos em apreço, dizendo a dado passo: *“Da leitura que se faz do Relatório ressalta o pormenor do endividamento. Há, de facto, um aumento das obrigações da edilidade, uma vez que contraímos, com a autorização da Assembleia, um empréstimo de 2.500.00 cts para fazer face às dívidas de curto prazo, no valor de 1,180.000 cts, e aos encargos com fornecedores, no montante de 2.700.000 cts, que não estavam lançados, o que deu origem, como é óbvio, ao citado crescimento. Agora o que é importante é perceber-se que toda a estrutura da dívida foi alterada e esse é um facto que eu julgo que importa a A. M. conhecer. Temos uma situação em que subiu o serviço da dívida e o valor global dela, estando a mesma agora concentrada no débito de médio e longo prazo à banca, o que nos permite uma gestão com menos sobressaltos. Só para vos dar uma ideia desta matéria, comunico:*

- *As obrigações de curto prazo, no dia 1.01.02, eram de 5.910.00 € e no final do ano eram 0;*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- A locação financeira era de 1.562.569 €, sendo no final do exercício 916.000 €, o que corresponde a um abaixamento de 646.000 €;
- As dívidas as fornecedores, em 1.01.02, totalizavam 14.330.643 € e no término do ano eram 11.587.000 €.

Por outro lado, conseguiu-se atingir o maior volume de receitas correntes e, pela primeira vez desde há vários anos, apurou-se um abaixamento nas despesas correntes. Isto é referenciado no texto do Relatório de Actividades e eu chamo a atenção para a alínea c) da pág. 2, onde se diz que **«o déficit de capital atingiu o maior valor de sempre, além de uma quebra de 14% nos proventos relativamente ao exercício anterior, verificada pela redução das receitas provenientes de projectos co-financiados»**.

Refere-se depois na alínea d) que **«foi necessário recorrer a um significativo empréstimo bancário de longo prazo, o qual permitiu consolidar uma parte importante da dívida de curto prazo, não só à banca mas também a fornecedores e a empreiteiros»**.

Paralelamente, o ano de 2002 representou praticamente o mesmo investimento que foi feito no ano 2001 e se compararmos o que foi investido no primeiro ano deste mandato com aquilo que foi investido no primeiro ano do mandato anterior, verificamos que há um salto francamente positivo. É preciso que se diga que fomos obrigados a investir no ano passado, provavelmente até mais do que imaginávamos. Mas porque é que fomos forçados a isso? Porque havia uma série de compromissos assumidos de empreitadas que não estavam adjudicadas, tendo resultado daí que ou entrávamos em obras, ou tínhamos que pagar indemnizações, conforme aconteceu com dois casos. Mas mais, as poucas candidaturas que existiam, nomeadamente as das circulares, também tiveram que entrar em execução, dado que corríamos o risco de perder os fundos do PORA.

Chamo a atenção para o que vem registado na pág. 6, em que é vincada a situação de que se não ocorrer uma inversão do saldo negativo, no que respeita à diferença entre as receitas e as despesas, poderá dar azo à própria solvência municipal.

Apesar de tudo, os auferimentos de capital representam 55% do que foi previsto, que foi melhor do que no ano anterior, em que apenas se conseguiu realizar 40%, e o valor das transferências dos fundos comunitários ficou muito abaixo do que se tinha calculado”.

Tomou depois a palavra o Sr. Andrade Santos, que enunciou: “Em futuras assembleias sugerimos que os pontos nobres e importantes sejam tratados inicialmente, visto que o investimento que foi aqui feito a discutir-se questões de pormenor não vai permitir debater questões de fundo.

A Conta de Gerência traduz uma realidade comparável em termos de arrecadação e de utilização de receitas, de 45.000.000 € em 2002 contra 41.000.000 € em 2001; as obrigações crescem, globalmente, mais de 300.000 contos, segundo o que demonstra o mapa da pág. 13; e a operação que foi efectuada de transformar a dívida de curto prazo em longo prazo foi um acto óbvio. Uma comparação laboriosa do Plano de Actividades para 2002 e da Conta de Gerência do ano findo, leva-me a dizer que houve um objectivo atingido, o 4º (os temas do saneamento, do ambiente, etc.), e que os restantes ficaram por alguma mediania, com excepção do 3º (Desenvolvimento Económico) e, sobretudo, do 1º, que na área do planeamento ficou muito longe de ser atingido.

Gostava de perguntar em que pé está a revisão do Plano Director, porque, ao fim ao cabo, já passaram 16 meses e ele, quando terminou o anterior mandato, estava praticamente pronto, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

estando esse investimento ainda operacional e a sua falta tem impactos negativos para a vida do nosso concelho.

No que respeita à Conta de Gerência, a execução orçamental tem um desvio de 36%, que são os 24/25 milhões de euros que faltam entre as perspectivas e as realizações. Isso aconteceu porque a venda de terrenos caiu dramaticamente e a captação de financiamentos comunitários foi reduzida, uma vez que houve um núcleo forte de obras estratégicas que foram reapreciadas, originando a perda de 1.000.000 contos. Interrogo-me se teria sido necessário fazer esperar 1 ano para a obra do PROCOM.

Apreciando a lista de projectos que foi apresentada, é possível ver que, no essencial, uma parte das obras realizadas tinham sido lançadas no pretérito mandato, sendo que as que avançaram no exercício passado foram poucas, apenas 5 ou 6, e a mais relevante pareceu-me ser a demolição dos pavilhões do Rossio.

Há que registar os atrasos significativos a nível do PÓLIS, da Variante Norte e do PROCOM. Ficou um número expressivo de projectos por lançar e fazer, sendo o mais relevante o programa PÓLIS, no meu ponto de vista”.

Replicando às teses desenvolvidas pelo orador antecedente, o Sr. Acácio Alferes argumentou: *“Quando se diz que só se pode comparar o comparável, seria bom que se meditasse o que é que a CDU fez de novo no 1.º ano do mandato anterior, isto é, no 23.º ano de gestão dos destinos desta autarquia. Pergunto: fizeram um exame daquilo que praticaram em 1998 ?*

Com respeito ao Plano Director Municipal, se olharem para o Plano de Actividades para 1998, uma das metas era iniciar a sua revisão que, pelos vistos, parece que estava quase pronto em 2001.

Foi dito, também, que o que se fez foram obras que já vinham programadas. É evidente que o actual Executivo tinha que as continuar, mas eu só queria apresentar tópicos daquilo que vinha no Plano de 1998:

- *Revisão do Plano Director Municipal – tinha verba, mas a execução foi zero;*
- *Elaboração de projectos de grande impacto, para além de alguns já em execução, mais nada.*
- *A pista de atletismo – 16.500 contos, realização zero;*
- *Parque de Feiras – 15.000 contos, concretização zero;*
- *Rossio de S. Brás – 5.000 contos, execução zero;*
- *Salão central – zero.*

Há outros de menor importância:

- *Arranque de zonas de actividades económicas nas freguesias rurais – Torre de Coelheiros – 4.000 cts, realização zero - e Graça do Divor – 4.000 cts, concretização zero;*
- *Convento dos Remédios – 5.000 cts, execução zero;*
- *Mata Municipal – 15.000 cts, realização zero;*
- *ETAR de S. Sebastião da Giesteira – 15.000 cts, concretização zero.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Não posso deixar de reconhecer a bondade da administração deste Executivo no exercício passado e quero evidenciar aqui algumas marcas identificadoras da viragem:

- *A tentativa da reorganização dos serviços (ainda não acabada);*
- *O investimento em água e saneamento, que foi quatro vezes superior àquilo que a gestão CDU investiu no 1.º ano de mandato, sendo certo que em 2002 já não se bebeu água da barragem do Divor;*
- *Na habitação, enquanto no 1º exercício do mandato a CDU reservou para problemas desta área 0,3 da despesa total, esta Vereação em 2002 dedicou quase 2% para o mesmo fim;*
- *Esta Câmara começou uma acção no sentido de ver o concelho como um todo e não dar prioridade ao centro histórico.*

A actividade cultural do Verão de 2002 nas freguesias não tem qualquer comparação com aquilo que aconteceu em 98.

A CDU sabe perfeitamente que é má gestão, é mau para os trabalhadores o recurso exagerado a horas extraordinárias. Têm que assumir que não é por aí que passam os interesses dos funcionários e muito menos dos munícipes. Esta Câmara conseguiu reduzir o trabalho extraordinário em cerca de 31% mas, em compensação, o aumento com remunerações certas subiu mais do que em qualquer ano do mandato anterior, 8,3%.

Outro aspecto positivo: aumentou o pessoal do quadro, mas baixou para metade o número de trabalhadores contratados a prazo. Estas são políticas de interesse para os profissionais do município”.

*Interveio depois o Sr. Estevão Bicho, declarando: “Lembro-me que no mandato cessante o Sr. Eng.º Alferes preocupava-se muito com as verbas que vinham lançadas em **Outros** e hoje ainda não o vi preocupar-se com isso, como por exemplo, na Divisão Sócio-Educativa, em **despesas correntes**, onde aparecem 455.709,29 € na rubrica **Outros**. Outros quê? No Departamento de Organização e Administração, também em **despesas correntes**, surgem no capítulo IV, grupo 9, 652.543,20 € em **Outros**. Outros quê? Na Divisão Sócio-Cultural e Desportiva, constam no ponto 7.3.3.- Outras – 965.858, 60 €. Então, Sr. Eng.º Alferes, agora já não se lembra quando nos inquiria o que é que isto significava ?*

Creio que há muitos eleitores nos Canaviais, que votaram PS, que já estão arrependidos porque nas Grandes Opções do Plano da CME estavam previstos, para o ano de 2002, algumas acções na Freguesia, como, por exemplo, o programa das Intempéries, beneficiação e conservação de pontes no rio Xarrama – caminho municipal 1088, o projecto do jardim de infância, o percurso pedonal ciclo-vias, a pavimentação da estrada das 5 Cepas, etc., tendo sido apenas levado a cabo o programa das Intempéries, que já vinha da gestão cessante, e a conclusão da pavimentação das ruas da Prata e de Joana d’Arc. Eu, como Presidente da Junta, estou muito preocupado com a situação”.

Debruçando-se sobre a intervenção do orador antecedente, o Sr. João Valverde comentou: “Sou autarca há mais de 20 anos e nestes últimos mandatos tenho reparado que no 1.º exercício dos mesmos nunca se fez nada na CME e pergunto ao Sr. Prof. Estevão Bicho que obras é que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

realizaram há 4 anos na Freguesia dos Canaviais. Foi o mesmo que se efectuou na Tourega, em Guadalupe, etc., era só para pagar as dívidas do esforço que se fazia. Já ouvi falar aqui que os Canaviais tem «touvenan» e eu tenho que o comprar; foram lá arranjar as ruas e na minha Freguesia é a Junta que tem que tomar tal iniciativa. Verifiquei que no 1.º ano deste mandato fez-se nos Canaviais aquilo que eu nunca pensei, tendo em conta a verba de 1 milhão e tal de contos que a Câmara tem que pagar anualmente. Com esse dinheiro quantas ruas não amanhã a edilidade em Valverde e nos Canaviais ? Quantos subsídios não dava ao desporto e à cultura ? Quantas mais festas e convívios não se realizavam nos meios rurais ? Mesmo em condições difíceis, foi a 1ª vez que o Executivo levou à minha Freguesia danças e teatros.

Apesar de tudo, há sempre um modo de aperfeiçoar as coisas. Com a dívida que o Município herdou, efectuou-se aquilo que nunca qualquer outra Vereação fez cá”.

Tendo presente as opiniões emitidas, o Sr. Presidente da CME frisou seguidamente: “O Sr. deputado Andrade Santos falou nalgumas obras que foram suspensas, não foi este Executivo que tomou tal atitude e algumas nem sequer tinham sido iniciadas, mas já estavam comprometidas. É bom que a gente saiba! As obras do PROCOM foram interrompidas em Outubro de 2001, porque não tinham capacidade para apresentar documentação de despesa. A confusão é tal que ainda hoje é extraordinariamente difícil apresentar facturas. Sabe porquê? Porque aquilo que foi candidatado não tem nada a ver como que foi executado e isso vai, provavelmente, prejudicar o Município em algumas dezenas de milhares de contos.

Disse que o PDM estava quase pronto, mas aonde, Sr. deputado? Foi aqui já demonstrado que a revisão foi começada em 1998 e no final de 2001 tinha-se feito apenas parte da caracterização bio-física, o que não representava mais de 20%. Qual era a linha de orientação estratégica do PDM ? Q que é que estava vertido em termos de relatório e de regulamento ? Nada ! Digo-lhe mais, esse trabalho que foi levado a cabo foi aproveitado, visto que se assim não fosse não estaríamos em condições de termos apresentado, no mês de Fevereiro, a primeira versão na CCRA.

No que se refere ao atraso das obras e à não captação de proventos, como é que o Sr. queria que houvesse receitas de obras que não tinham nem projecto nem candidatura ? Para ilustrar a situação posso dizer-lhe que quando chegámos à Câmara encontrámos 7 processos apresentados entre 27 de Julho e 13 de Dezembro de 2000, sendo que 3 deles já tinham obras completamente executadas, cujas candidaturas foram já apresentadas pelo PS, tendo elas sido aprovadas no início do mês passado, correspondentes à 1ª fase das infra-estruturas do centro histórico, à estrada municipal de S. Vicente de Valongo e à revisão do PDM.

No que concerne à estrada das Piscinas, estão lá centenas de milhares de contos pagos por nós e ainda não recebemos um tostão porque não havia candidatura, estando ela só agora em condições de ser apresentada.

Quanto ao Salão Central, não tem ainda projecto quanto mais candidatura.

No que toca ao mercado 1º de Maio, estão lá investidos centenas de milhares de contos e ainda não se recebeu qualquer quantia. Sabe porquê ? Porque o processo não está conforme com o plano que estava a ser executado. Isto é só para lhe dizer que a dificuldade de captação de receitas é isto: a CDU apresentou na CCR as candidaturas que eu atrás mencionei e agora estão lá mais 17.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Não posso também deixar de lhe dizer que o problema principal reside no facto de terem passado 3 QCA, 2 Fundos de Coesão e 3 INTERREG's e continuamos a não ter uma piscina municipal em condições, um Parque de Feiras e Exposições, um pavilhão gimno-desportivo, uma pista de atletismo, etc., sendo bom recordar que existem fundos comunitários há 14 anos.

Olhe, só para os senhores ficarem a saber, recebi hoje uma carta da Direcção Geral de Administração Local que diz no último parágrafo: «O Município de Évora, em 31.12.02, tem a sua capacidade de endividamento excedida em 126%».

Devo também dar conhecimento que tenho aqui 2 facturas para pagar, o que sucede diariamente, uma de Abril e outra de Outubro/Novembro de 2001. É por estas e por outras que a situação financeira está como está. É óbvio que a luta e os debates democráticos são importantes, agora não vamos gerar ambientes que visem virar os trabalhadores da Câmara contra a Vereação, conforme aconteceu com a segunda-feira de Páscoa, coisa que é triste e perigosa”.

Em virtude de o Dr. José Ernesto ter citado que, com respeito à revisão do PDM, a herança deixada pela Vereação cessante não tinha mais do que a caracterização bio-física, motivou o Sr. Celino Silva a declarar: “*Eu apelava para também sermos rigorosos nesta matéria. Eu recebi um relatório da CME, datado de 9 de Janeiro de 2002, que me foi enviado em resposta a um requerimento por mim formulado, o qual contraria totalmente aquilo que o Sr. Presidente da edilidade disse. O problema não está em que o Plano se encontre em revisão pelo novo Executivo, ele reside no facto de estarmos a assistir a uma paralisação no processo de planeamento, e planeamento e gestão são coisas perfeitamente interligadas, tendo o meu camarada Andrade Santos toda a razão ao ter chamado a atenção para isso. O documento que me foi remetido refere:*

- *Enquadramento regional – concluído;*
- *Situação existente – concluída;*
- *Análise biofísica – concluída;*
- *Problemática da água – concluída;*
- *Valores patrimoniais – 90 % realizado;*
- *Caracterização da população - concluída;*
- *Alojamento – concluído, sem considerar os censos de 2001 (aqui a Câmara podia ter feito um compasso de espera para introduzir os novos dados);*
- *Equipamentos – 90% realizado;*
- *Actividades económicas – concluídas;*
- *Transportes, Mobilidade e Acessibilidades – concluídas;*
- *Redes eléctricas, Telecomunicações e Gás – concluídas;*
- *Capacidade Financeira do Município – 30% realizado;*
- *Planta de Ordenamento – 90% realizado;*
- *Planta de Condicionantes – concluída;*
- *Planta da Estrutura ecológica e ordenamento rural – 50% realizada;*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- Regulamento – 90% realizado;
- Relatório – em fase inicial;
- Proposta de Alteração da Reserva Agrícola – concluída;
- Proposta da Delimitação da RENE – concluída.

É este o rigor que o Sr. Presidente tem a obrigação de nos transmitir e quando o Sr. Andrade Santos se refere à impossibilidade prática e séria de se fazer uma apreciação efectiva daquilo que foi efectuado, o Sr. podia ter chegado ao PPI, onde inscreveu os investimentos previsíveis para 2002/3/4/5 e 6, e em vez de nos fornecer o Relatório de serviços, bastava permitir-nos fazermos a leitura da coluna de 2002 em todas as intenções que foram apresentadas”.

O Sr. José Mateus interrogou qual era a data do documento acabado de ser descrito.

O Sr. Celino Silva confirmou: 9.01.2002.

Reagindo à alocução do Sr. Celino, o Sr. Presidente da Câmara pronunciou: *“O Sr. esteve a ler um documento que mais não traduz aquilo que eu rigorosamente aqui informei, estando nele apenas escrito que o relatório e o regulamento estão na fase inicial. Repare que isso, hoje, já está entregue na CCR desde Fevereiro. Aquilo que falta aí fazer, que é a parte mais laboriosa do PDM, foi feita num ano. Isso que o Sr. aí apresentou foi feito em 3 anos. O sr. acha que isso é bloqueio ? Considera que é travamento estarmos aqui na Câmara há 1 ano e já entregámos o processo e os Senhores tiveram o 1º PDM do país aprovado e vai ser dos últimos da 1ª geração a ser revisto. Qual é a actividade da Câmara que está bloqueada ? É o lançamento das obras que estavam atrasadas ? É o planeamento da estratégia ? É o horizonte do crescimento demográfico que os Srs. tinham previsto ? Era de 5.000 pessoas até 2015. Qual era a inserção no planeamento regional no que respeita a tirar partido da localização estratégica da cidade no seu relacionamento com a área metropolitana de Lisboa e de Estremadura ? Qual era o futuro do investimento turístico da região ? Quantos campos de golfe procura ter ? O que é que queriam fazer do aeródromo ? Qual era a estratégia que tinham no que toca à fixação da população jovem ? Qual era a posição que tinham em relação ao TGV ? É isto que é o PDM ! O Plano Director não é um conjunto acrítico e meramente burocrático de regulamentos que sirva para impedir o desenvolvimento. O planeamento concebido dessa forma já teve os seus seguidores. O planeamento seguido assim, fundado, sobretudo, numa actividade regulamentar rígida, só é possível com um poder político musculado que obrigue ao seu cumprimento. É nisto que houve inversão. Isto é criar condições para que o PDM seja um instrumento de desenvolvimento.*

Sobre a questão que o Sr. Andrade Santos colocou, faço notar que a execução orçamental com base em duodécimos começou no dia 1.01.2002, pelo que quando o Plano Plurianual de Investimentos foi aprovado já havia 3 meses de realização orçamental, sendo bom destacar que já tinham entrado no Município mais de 10.000 facturas que não estavam registadas. Havia que tomar opções. Eu admito que as mesmas sejam criticáveis, agora não se pode dizer que estamos a esconder seja o que for ou que não queremos assumir frontalidade”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Intervindo novamente, O Sr. Celino Silva reafirmou: “O Sr. Presidente da edilidade quis enganar-nos em relação àquilo que estava produzido no Plano Director Municipal. Recordo que eu sublinhei que a Vereação, após a tomada de posse, tinha toda a legitimidade para efectuar a reconversão, a reanálise e reorientar ou apresentar um outro Plano com novos objectivos. Quero frisar que não estou em condições de o discutir com o Sr., porque não tenho conhecimento da matéria estudada e avaliada pela anterior gestão que resultou no trabalho que está aqui”.

Terminado o debate do 7º ponto da agenda, o Sr. Presidente pôs a Conta de Gerência à votação, que foi aprovada por maioria, com dezassete votos do PS a favor, duas abstenções do PSD e dez votos contra da CDU.

Seguiu-se a votação do Relatório de Actividades, tendo o mesmo recebido dezassete votos do PS a favor, duas abstenções do PSD e dez votos contra da CDU.

APROVAÇÃO EM MINUTA

O colectivo deliberou aprovar em minuta e por unanimidade os pontos **2, 4, 6 e 7** da ordem de trabalhos da presente acta, nos termos do n.º 3 do art.º 92º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Não querendo o público falar e não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão pelas quatro horas e vinte e cinco minutos do dia seguinte, da qual e para constar se lavrou esta acta, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pelo funcionário que a elaborou.

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – José da Silva Costa Russo

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

(Acta aprovada por maioria, na sessão de 14/06/03, com 24 votos a favor e 8 abstenções)